



RPA
S
B
P
Z

M

Fredrigo

Relatório de Gestão

2014

Índice

1. Introdução	3
2. Organização do Município	4
2.1 Órgãos de Administração do Município 2010-2013	4
Câmara Municipal – Órgão Executivo	4
3. Recursos Humanos	6
3.1 Introdução	6
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2006/2012	6
3.3 Absentismo	12
3.4 Recrutamento e Seleção	13
3.5 Formação Profissional	13
3.6 Projetos no âmbito das medidas de incentivo e apoio ao emprego do IEFP	15
Estágios Profissionais e Curriculares	15
Situação Económica/ Financeira	17
Introdução	17
4. Análise da Execução Orçamental	18
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado	18
4.2 Receita	24
Estrutura e Evolução	24
Execução Orçamental	31
4.3 Despesa	35
Estrutura e Evolução	35
Execução Orçamental Despesa	43
Despesa com o Pessoal	47
Fundo Social Municipal	52
Transferências Correntes e de Capital	54
Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:	55
Aquisição de Bens de Capital	56
4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa	60
4.5 Indicadores Económico - Financeiros	61
4.6 Endividamento	62
Balanço	69
Demonstração de Resultados	76
Custos	77
Proveitos	78
6. Aplicação de Resultados	80
7. Factos relevantes ocorridos após o exercício	81
8 - Contabilidade de Custos	82
9. Considerações Finais	86

1. Introdução

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei N.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, o Município de Arganil apresenta o presente Relatório de Gestão relativo ao ano financeiro de 2014, que se constitui como um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13, do Decreto-Lei supra mencionado (POCAL) e n.º 28 das Instruções n.º1/2001 – 2ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas.

Pretende-se, também, com este Relatório, dar cumprimento ao estipulado na alínea l), do n.º 2, do Artigo 25º e na alínea i), do n.º 1, do Artigo 33º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro.

À Assembleia Municipal compete, por seu lado, nos termos do nº1, do artº.76º, da Lei, nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a sua apreciação e votação - Controlo Político, cabendo ao Tribunal de Contas, de acordo com o fixado no art.º 80º, da mesma Lei, o Controlo Jurisdicional, cumprido que foi, para efeitos de acompanhamento da evolução das diferentes rubricas orçamentais, em termos trimestrais e no cumprimento do *dever de informação*, o seu envio aos Órgãos de tutela da Administração Pública Central – Direcção-Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento.

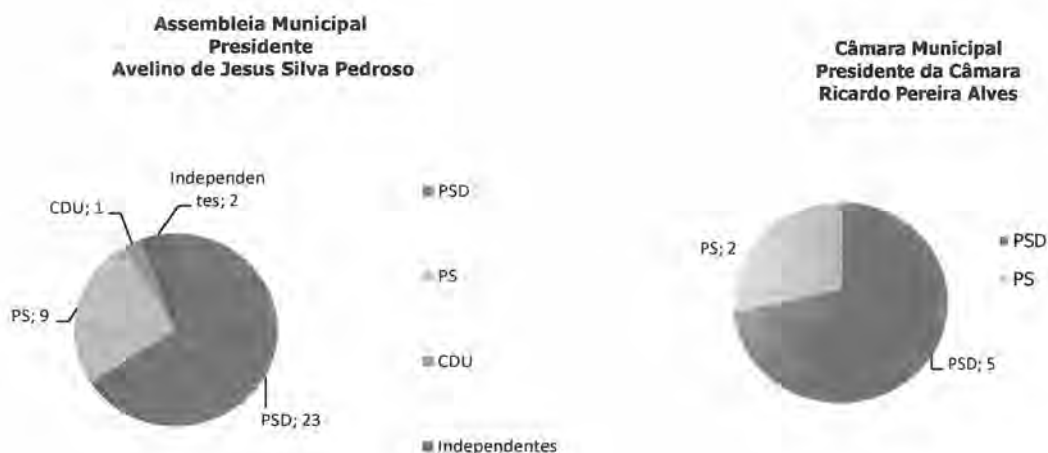
Para além das obrigatoriedades legais a cumprir, este Relatório de Gestão demonstra, ainda que de forma resumida, nos diversos aspetos que o compõem, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, no ano financeiro de 2014.

Este Relatório traduz os resultados de um Plano e Orçamento que, dada a conjuntura nacional e internacional, foi bastante condicionado.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

2. Organização do Município

2.1 Órgãos de Administração do Município 2013-2016



Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

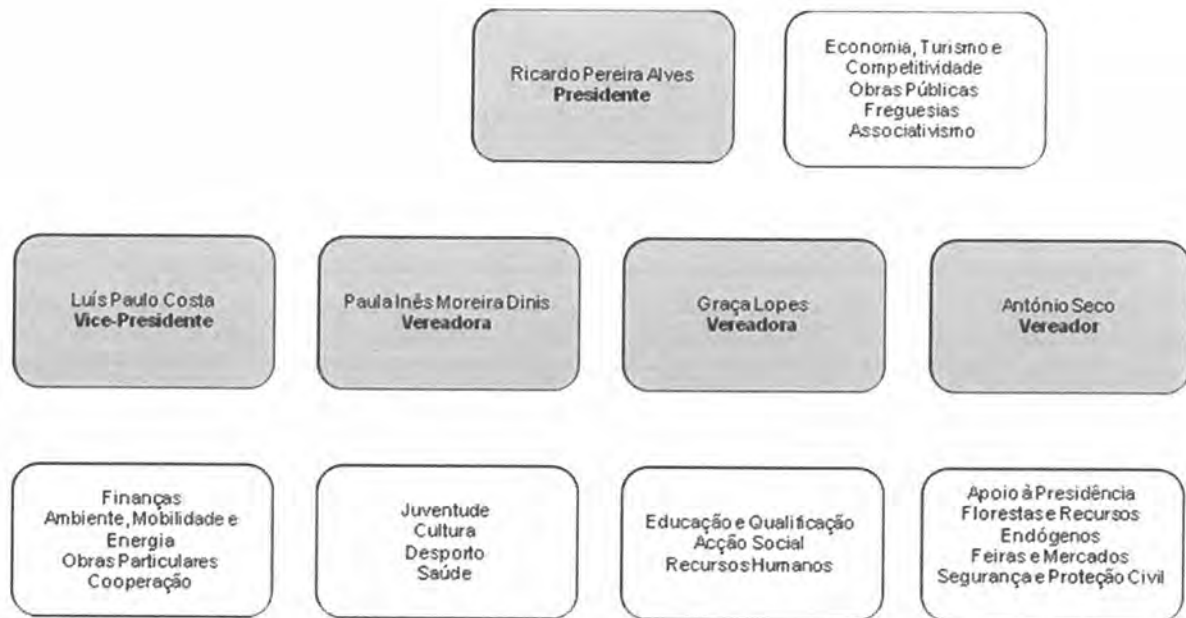
De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 15 de fevereiro, 25 de abril, 14 de junho, 27 de setembro e 8 de novembro.

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2014 a Câmara Municipal efetuou 24 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias.



Vereadores sem Pelouros Atribuídos



Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:

Secretária: Maria José de Oliveira Nobre

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

À semelhança dos anos anteriores, o ano de 2014 continuou marcado pela reforma estrutural da Administração Pública portuguesa expressando-se através da diminuição da despesa pública, redução do emprego público e controlo rigoroso da massa salarial, política que abrangeu necessariamente também a Administração Local fazendo com que os Municípios se reorganizassem face à diminuição do número de trabalhadores.

A concretização das medidas de austeridade implicou que o Município de Arganil reduzisse pelo menos 2% do número trabalhadores ao serviço e considerasse a excecionalidade dos recrutamentos efetuados não deixando porém de intensificar a utilização das tecnologias da informação e comunicação, revalorizar as metodologias da nova gestão pública e focalizar o serviço público na satisfação dos cidadãos.

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2014 foi direcionada também para a consolidação da despesa na área e para a aposta na melhoria das competências, qualificação e flexibilidade dos seus trabalhadores no sentido de proporcionar a prestação de serviços ao munícipe com maior qualidade.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2014, evidencia o acima mencionado e as crescentes responsabilidades da Autarquia decorrentes das suas atribuições e competências.

3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2014

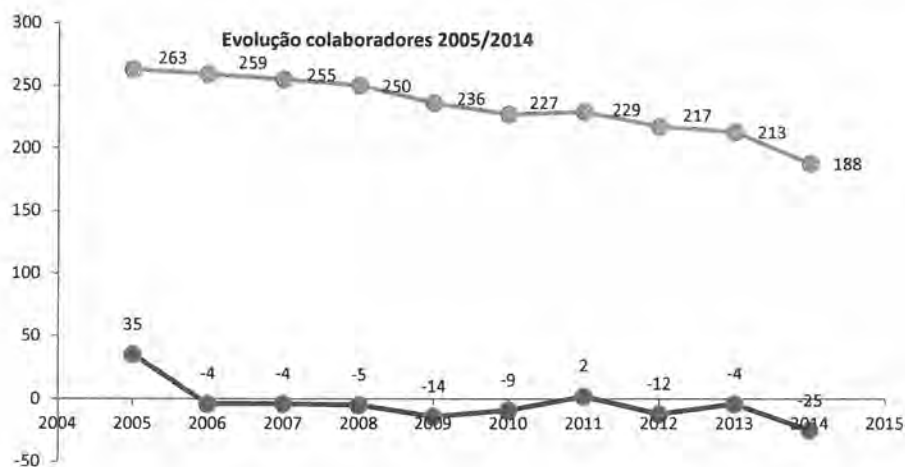
Ao longo dos últimos dez anos foi registada uma diminuição significativa do pessoal ao serviço da Autarquia, relativamente ao ano de 2014, verificou-se um decréscimo de 25 trabalhadores, perfazendo 188 (inclui membros do Gabinete de Apoio à Presidência, contratos de avença e excecional trabalhadores em licença sem remuneração por período superior a 6 meses, eleitos locais e trabalhadores integrados em medidas de apoio e incentivo do IEFP).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nomeação Definitiva	193	202	200	186	185						
Contrato Administrativo de Provisão	3	4	1	0	0	178	200	202	195	196	183
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado			2	11	22	22					
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	18	48	41	41	40	33	25	25	19	15	3
Requisições a Outros	2	1	1	1	0						
Requisições de Outros				0	1						
Destacamentos				2	0						
Cedência Especial CMA			2	1	0						
Comissão de Serviço									2	1	1
Mobilidade interna a outros Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	7	11	12	1	1	1	1	1	1	1
Total	227	262	258	255	250	236	227	229	217	213	188

RPM







OM
 Fica Retido

Análise de dados por Vínculo:

- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 97,34%;
- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo: 1,6%;
- Trabalhadores na situação de comissão de serviço: 0,5%;
- Trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços: 0,5%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que em 2014 o número de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo diminuiu 5,44%, contribuindo para a diminuição global do número de trabalhadores que totalizou 11,74%; confirmando por um lado a tendência da desvinculação dos trabalhadores da Administração Pública através das saídas por aposentação, quer antecipada, quer por situações de invalidez e para exercício de funções em outras entidades públicas ou privadas e por outro as limitações à possibilidade de recrutamento da própria Administração.

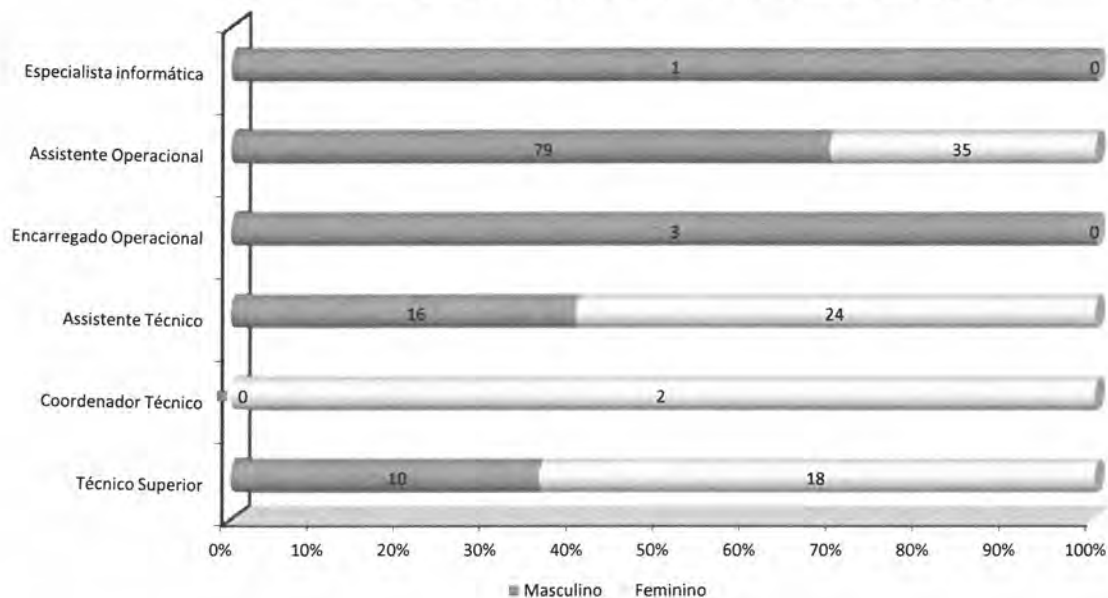
A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excecional e persiste nos termos da lei.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ categoria/ género

Trabalhadores em CTFP por tempo indeterminado			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	7	18	25
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	16	24	40
Encarregado Operacional	3	0	3
Assistente Operacional	78	35	113
Especialista informática	1	0	1
Total	105	79	184

Trabalhadores com termo resolutivo curto e em regime de prestação de serviços			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	3	0	3
Assistente Técnico	0	0	0
Assistente Operacional	1	0	1
Total	4	0	4

N.º de Colaboradores total do Município por género e por categorial



N.º Total de Colaboradores por género



Quanto ao género, 57,98% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 42,02% do género feminino, sublinhando-se que 60,64% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional e a maioria dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico e da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

Caracterização dos Recursos Humanos por grupo profissional e grau de deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 188 colaboradores do Município de Arganil, 1,1% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	1	0	1
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	0	1	1
Total	1	1	2

Caracterização dos Recursos Humanos segundo a categoria, o género e a idade

Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 54,25% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 59 anos de idade e nesse intervalo, 69,60% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 44 anos, a maior percentagem de colaboradores corresponde ao género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 47 anos.

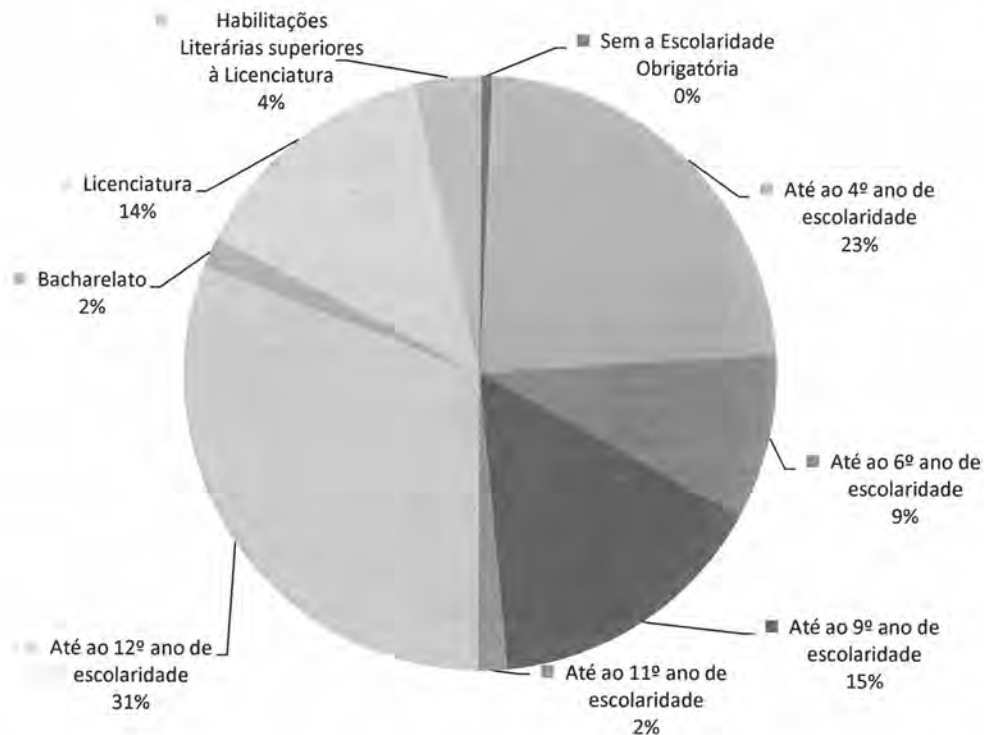
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o nível, género e idades

Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
(25 - 29)	0	2	1	1	0	0	0	0	4
(30 - 34)	4	0	0	2	2	4	0	0	12
(35 - 39)	3	8	2	4	8	6	1	0	32
(40 - 44)	1	5	2	5	7	5	0	0	25
(45 - 49)	0	1	3	4	16	8	0	0	32
(50 - 54)	1	0	4	9	22	5	0	0	41
(55 - 59)	0	1	3	0	22	3	0	0	29
(60 - 64)	1	1	1	1	5	4	0	0	13
(65 - 69)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	10	18	16	26	82	35	1	0	188

Caracterização dos Recursos Humanos segundo a Categoria, Género e as Habilitações Literárias

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias

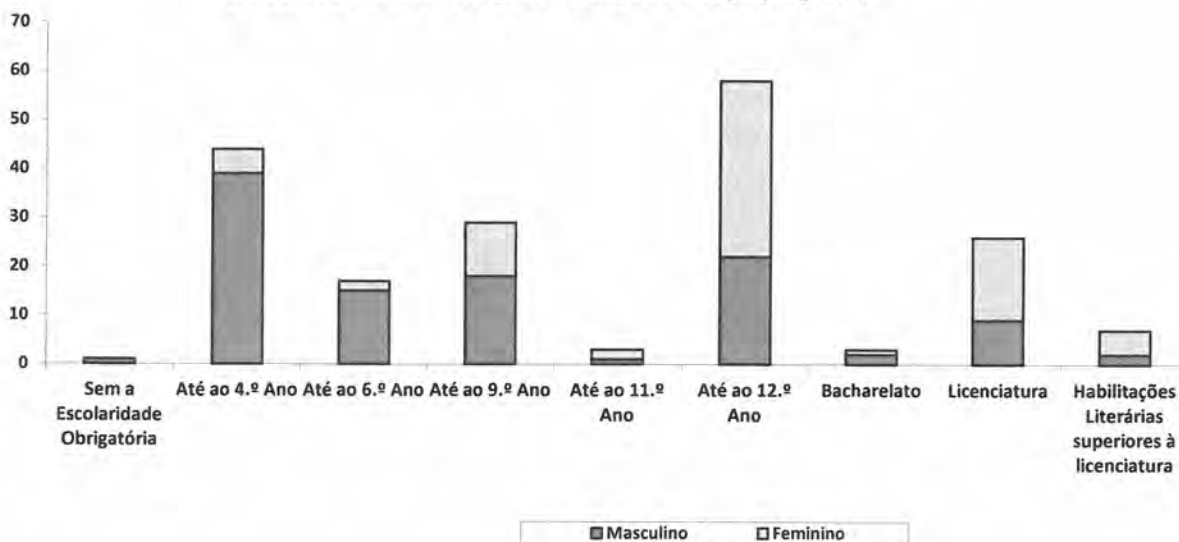
Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	39	5	0	0	44
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	15	2	0	0	17
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	1	2	17	9	0	0	29
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	1	1	0	1	0	0	3
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	13	20	9	16	0	0	58
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Licenciatura	7	12	0	3	1	2	1	0	26
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	2	5	0	0	0	0	0	0	7
TOTAL	10	18	16	26	82	35	1	0	188



RPM
[Handwritten signatures]
GM
Fea Rita G.

A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 23,94% dos seus trabalhadores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 9,04% detêm o 2º ciclo e 15,43% têm o 3º ciclo. 80,85% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 19,15% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil tem aumentado ao longo do tempo.

Estrutura Habilitacional dos colaboradores do Município por género



3.3 Absentismo

Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por greve	21	0,46%
Falta por actividade sindical	28	0,61%
Falta por casamento	61	1,33%
Proteção na parentalidade	787,5	17,14%
Faltas para Consultas Médicas	230	5,01%
Faltas para provas de concursos	2,5	0,05%
Consultas médicas ou tratamento ambulatório com familiares	190	4,14%
Falta por falecimento de familiar	47,5	1,03%
Faltas por doença	2442	53,16%
Falta para Assistência a Familiares	69	1,50%
Falta por Acidente em Serviço	322	7,01%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	54	1,18%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	6	0,13%
Doação de sangue	0,5	0,01%
Acompanhamento escolar	14	0,30%
Descansos Compensatório por trabalho extraordinário	291,5	6,35%
Participação em mesa eleitoral	3	0,07%
Participação candidatura eleitoral	0,5	0,01%
Falta eleito local	2	0,04%
Falta por motivo não imputável ao trabalhador	2	0,04%
Autoformação profissional	20	0,44%
Total	4594	100,00%

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2014, considerando os seguintes fatores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, exceto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2014 (187) e o total de faltas registado no mesmo ano (4594).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2014 situou-se nos 11,17%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos nove anos:



As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2014 foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade, descansos compensatórios pela prestação de trabalho extraordinário e acidentes em serviço, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas falta por conta do período de férias e para consultas médicas. No âmbito das ausências para autoformação profissional foram frequentadas 11 ações de formação profissional por um total de 8 trabalhadores.

Comparativamente com o ano de 2013, a taxa de absentismo cresceu 1,17% tendo sido as faltas motivadas por doença aquelas que mais contribuíram para esse acréscimo.

3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2014 foram excecionalmente abertos os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento:

Modalidade	Categoria	Área Funcional	N.º de postos de trabalho	Local de Trabalho
CTFP por tempo indeterminado	Técnico Superior	Veterinário	1	Centro Municipal de Recolha Animal
		Desporto e Educação Física	2	Piscina Municipal de Arganil
CTFP com termo resolutivo certo	Técnico Superior	Arquivo	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
		Eletromecânica	1	Divisão de Gestão Urbanística
	Assistente Operacional	Educação	2	Estabelecimentos Escolares de S. Martinho da Cortiça e Pomares
		Manutenção	1	Piscina Municipal de Arganil

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 30 horas de formação profissional em 2014, considerando o volume de 5.643,5 horas de formação profissional, excluindo deste cômputo as 160 horas de autoformação profissional. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções, beneficiando da execução do plano intermunicipal de formação profissional.

Formação 2014				
Área de Formação	Designação da Ação	Orçamento An. Norm.	Pl. An. Munic.	Entidade Formadora
Gestão	Curso de Especialização em Contratação Pública nas Autarquias Locais	140	4	CEFA
	Curso de Especialização em Regime Jurídico de Pessoal nas Autarquias Locais	120	2	CEFA
	Licenciamento Zero	7	4	CEFA
	Licenciamento Zero	14	10	CEFA
	Seminário "Assoc., empreendedorismo e ação social"	4	1	NERC
	Regime Financeiro das Autarquias Locais	6	1	ATAM
	Gestão Documental e arquivo corrente	28	2	CIM RC
	Fiscalização e contraordenações	21	2	CIM RC
	Contabilidade de custos nas Autarquias Locais	21	1	CIM RC
	Novo quadro comunitário – candidaturas e financiamento	7	1	CIM RC
Sist. Gestão da Qualidade	SIADAP	14	18	CIM RC
Sist. Gestão da Qualidade	Sistema de Gestão da Qualidade	374,5	15	Iberogestão
	Curso Especializado em Design Gráfico	84	1	FLAG
Suporte	Ferramentas da WEB 2.0	20	1	Município de Penacova
	Formação contínua de motoristas de pesados de mercadorias – renovação do CAM	35	6	CIM RC
	Arcgis 10.1 Avançado	35	1	CIM RC
	Inglês para contacto com o público - avançado	28	1	CIM RC
	Manutenção da rede de águas	14	3	CIM RC
	Curso de hidroterapia	5,5	1	Mundo Hidro
Desporto	Revalidação do curso de nadador salvador	14	2	ISN
	Natação para bebés para gestores de piscinas	4	1	APTN
	Conferência "10 anos a acertar o passo"	14	1	Assoc. Passo a Passo
Educação e Ação Social	Elaboração de planos municipais para a igualdade do género, cidadania e não discriminação	6	1	CIG
	Jornadas da Família "Conciliação da vida profissional e da vida familiar"	12	1	CPCJ
	Crises e (in)justiça social: desafios para os assistentes sociais	16	1	APSS
	Sensibilização em Prevenção e combate à violência de género	7	1	CIRE
	Vigilantes de Transportes coletivos de crianças	21	5	CIM RC
	Proteção à infância e juventude	3,5	1	CPCJ
	Servidores WEB: admin. e instalação de sites e intranets	14	3	CIM RC
Informática	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	14	2	ATAM e CIM RC
	Alterações ao CCP – fiscalização prévia do TC	21	1	CIM RC
	Regime jurídico da reabilitação urbana	21	3	CIM RC
	Atual leg. gestão de resíduos de construção e demolição	3	1	AREAC
	Análise e avaliação de propostas	14	1	CEFA
	A nova lei de bases do Ordenamento do território	7	2	CIM RC
	A nova lei das finanças locais e POCAL	21	3	CIM RC
	Regime jurídico de urbanização e edificação	14	1	CIM RC
	Legislação laboral na função pública	21	2	CIM RC
	Regime jurídico das autarquias locais e das entidades interm.	14	4	CIM RC
Urbanismo, Engenharia e Arquitetura	Cartografia de âmbito e PMOT – manutenção, certificação e qualidade	35	1	CEFA
	A intervenção das entidades externas – os condicionamentos das operações urbanísticas em razão da localização	7	1	CCDRC
	Sessão de atualização sobre o SCE – sistema de certificação energética dos edifícios	4	2	Município de Mirando Corvo
	Seminário técnico sobre Reabilitação de betão	3	2	MAPEI
Ambiente e Florestas	Pragas Florestais – novos agentes bióticos nocivos	2,5	1	ICNF
	Seminário sobre prevenção de riscos de exposição a materiais contendo amianto	7	2	ARSC
	Jornadas técnicas sobre abastecimento e saneamento	8	1	CTGA
Bibliotecas	Ateliê – a leitura em voz alta	7	1	Rede de Bib. Escolares do Conc. Arganil
	Caminhos de literatura – XII encontro de literatura infantojuvenil	14	2	Município de Pombal
	Ebooks em bibliotecas públicas: os meus outros livros	6	2	APB

3.6 Projetos no âmbito das medidas de incentivo e apoio ao emprego do IEFP

No ano de 2014 foi possível aceder a um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados.

Neste contexto, o Município de Arganil promoveu contratos emprego-inserção, medida direcionada a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização de trabalho socialmente necessário durante um período máximo de 12 meses, tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contato destes trabalhadores com o mercado do trabalho, evitando o seu risco de isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu e desenvolveu no ano de 2014, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 22 projetos neste âmbito, encontrando-se 5 executados, 16 em curso e 1 por executar, num total de 26 trabalhadores ocupados.

Contratos Emprego - Inserção			
Área de atividade	Género e Nº de colaboradores ocupados		Tipo
	M	F	
Limpeza e conservação de espaços públicos	9	0	Contratos Emprego-inserção
Apoio à infância	0	1	
Serviços gerais	0	4	
Limpeza e conservação de espaços públicos	6	2	Contratos Emprego-inserção +
Serviços administrativos	0	1	
Apoio à infância	0	1	
Serviços Gerais	0	2	
TOTAL	15	11	*

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2014 o Município de Arganil acolheu 33 estágios curriculares e 4 estágios profissionais, consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Estágios Curriculares

Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de Gestão Ambiental	4	Agrupamento de Escolas de Arganil
Mecânica	5	
Jardinagem e Espaços Verdes	7	
Turismo Ambiental e Rural	6	
Técnico de Secretariado	1	
Técnico de informação e animação turística	1	IEFP
Técnico de multimédia	2	
Operador Agrícola	1	Arcil Lousã
Qualidade Ambiental	1	Instituto Politécnico de Coimbra
Gestão Ambiental	1	
Turismo e Lazer	1	Instituto Politécnico da Guarda
Serviço Social	1	Universidade de Coimbra
Gestão das organizações desportivas	1	Instituto Politécnico de Santarém
Administração de sistemas informáticos	1	CESAE
Total	33	

Estágios Profissionais

Área do Estágio	Nº de estagiários
Engenharia Civil	1
Medidor orçamentista	1
Animação socioeducativa	1
Manutenção de edifícios e equipamentos	1
Total	4

Higiene, segurança e saúde no trabalho

O Município de Arganil detém as áreas da higiene, segurança e saúde no trabalho contratualizadas externamente e de cujas prestações de serviços resultou a emissão de 143 fichas de aptidão para o trabalho (medicina no trabalho) e a realização de 2 visitas aos diversos locais de trabalho municipais com vista ao cumprimento das obrigações de higiene e segurança no trabalho.

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2014.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2014.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e no Orçamento de Estado.

RPM
of
B
B

MA
Qualitativo

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2014 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 03 e 14 de dezembro de 2013.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2014, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

O Orçamento de 2014 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 14.843.218,00€, tendo registado um decréscimo de 230.535,00€ (-1,53%), relativamente ao exercício de 2013.

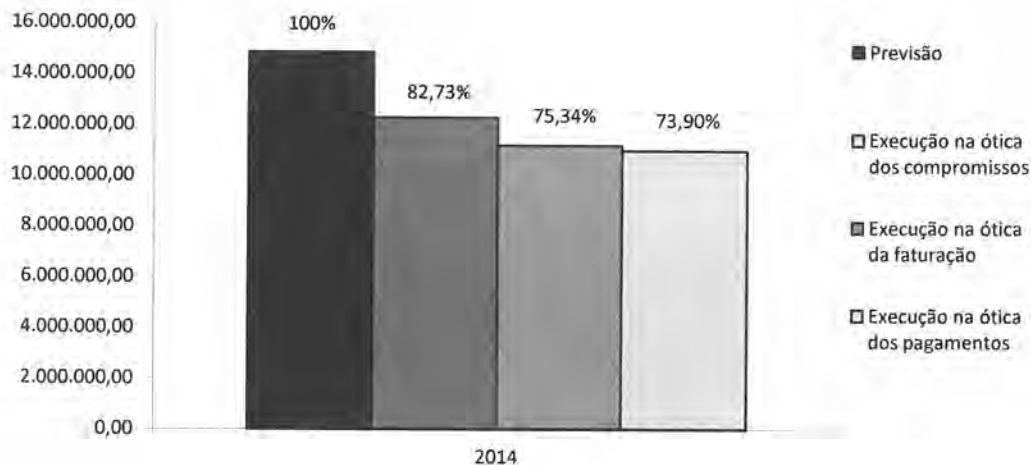
O Orçamento Inicial da Receita para 2014 foi aprovado com um valor total de 14.843.218,00€ dos quais 9.518.642,00€ dizem respeito ao montante de receitas correntes previstas e 5.324.576,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

A receita total cobrada totalizou a importância de 12.126.497,02€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 81,70%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 14.843.218,00€, correspondendo 8.739.818,00€ às despesas correntes e 6.103.400,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 73,90%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 82,73%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, grande parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer á data de 31-12-2014. Devido à redução das transferências comunitárias e das transferências do Orçamento de Estado, que ao contrário do que era expectável, não têm acompanhado o esforço da autarquia, a execução na perspetiva do pagamento ficou nos 66,72% (em 2010 foi de 67,81% e em 2011 de 73,94%, em 2012 76,96% e em 2013 de 66,72%).



Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, apesar da revisão orçamental ocorrida no exercício, uma vez que essa não teve como efeito qualquer aumento quer de despesa, quer de receita. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 16 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2014, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais.

Execução Orçamental 2014

	Orçamento			Execução		
	Inicial	Final	Varição	Valor Executado	Desvio	%
Receita						
01 - Impostos directos	1.474.626,00	1.474.626,00	0,00	1.702.603,76	227.977,76	115,46%
02 - Impostos indirectos	45.469,00	45.469,00	0,00	65.669,99	20.200,99	144,43%
04 - Taxas multas e outras penalidades	304.925,00	304.925,00	0,00	324.906,45	19.981,45	106,55%
05 - Rendimentos de propriedade	1.023.528,00	1.023.528,00	0,00	1.152.679,76	129.151,76	112,62%
06 - Transferências correntes	5.547.030,00	5.547.030,00	0,00	5.596.478,66	49.448,66	100,89%
07 - Venda de bens e serviços correntes	1.066.065,00	1.066.065,00	0,00	1.062.769,08	-3.295,92	99,69%
08 - Outras receitas correntes	56.999,00	56.999,00	0,00	18.361,92	-38.637,08	32,21%
Total das Receitas Correntes	9.518.642,00	9.518.642,00	0,00	9.923.469,62	404.827,62	104,25%
09 - Venda de bens de capital	1.540.000,00	540.000,00	1.000.000,00	163.386,00	-376.614,00	30,26%
10 - Transferências capital	3.729.038,00	3.567.477,59	161.560,41	802.989,03	-2.764.488,56	22,51%
13 - Outras receitas de capital	55.038,00	55.038,00	0,00	25.107,58	-29.930,42	45,62%
Total das Receitas de Capital	5.324.076,00	4.162.515,59	1.161.560,41	991.482,61	-3.171.032,98	23,82%
15 - Reposições não abatidas aos pag.	500,00	500,00	0,00	49.984,38	49.484,38	9996,88%
16 - Saldo Gerência Anterior		1.161.560,41	-1.161.560,41	1.161.560,41	0,00	100,00%
Total da Receita	14.843.218,00	14.843.218,00	0,00	12.126.497,02	-2.716.720,98	81,70%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.740.518,00	3.391.018,00	349.500,00	3.346.504,89	-44.513,11	98,69%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.894.600,00	4.128.000,00	-233.400,00	3.275.958,46	-852.041,54	79,36%
03 - Juros e outros encargos	150.000,00	116.000,00	34.000,00	107.397,75	-8.602,25	92,58%
04 - Transferências correntes	570.700,00	703.300,00	-132.600,00	671.495,72	-31.804,28	95,48%
06 - Outras despesas correntes	384.000,00	401.500,00	-17.500,00	343.052,86	-58.447,14	85,44%
Total das despesas correntes	8.739.818,00	8.739.818,00	0,00	7.744.409,68	-995.408,32	88,61%
07 - Aquisição de bens de capital	4.544.400,00	4.265.400,00	279.000,00	1.547.075,25	-2.718.324,75	36,27%
08 - Transferências de capital	579.000,00	858.000,00	-279.000,00	700.077,43	-157.922,57	81,59%
10 - Passivos financeiros	980.000,00	980.000,00	0,00	977.307,62	-2.692,38	99,73%
Total das despesas de capital	6.103.400,00	6.103.400,00	0,00	3.224.460,30	-2.878.939,70	52,83%
Total da Despesa	14.843.218,00	14.843.218,00	0,00	10.968.869,98	-3.874.348,02	73,90%

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 104,25% e 88,61% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	14-02-14
2.ª Alteração	31-03-14
3.ª Alteração	17-04-14
4.ª Alteração	30-04-14
5.ª Alteração	22-05-14
6.ª Alteração	09-06-14
7.ª Alteração	18-07-14
8.ª Alteração	13-08-14
9.ª Alteração	10-09-14
10.ª Alteração	10-10-14
11.ª Alteração	23-10-14
12.ª Alteração	11-11-14
13.ª Alteração	03-12-14
14.ª Alteração	16-12-14
15.ª Alteração	30-12-14
16.ª Alteração	30-12-14

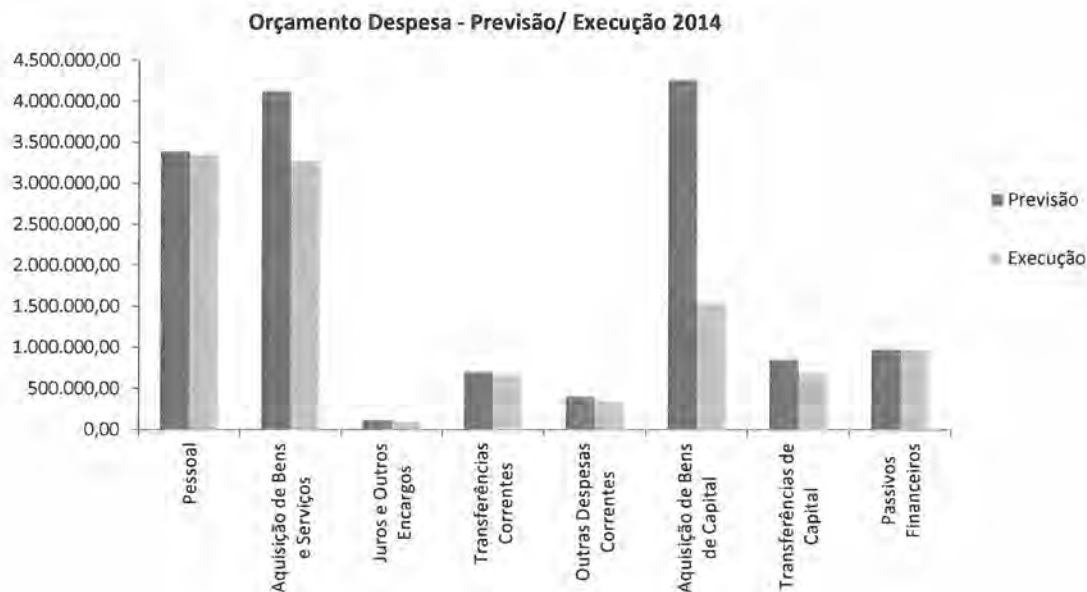
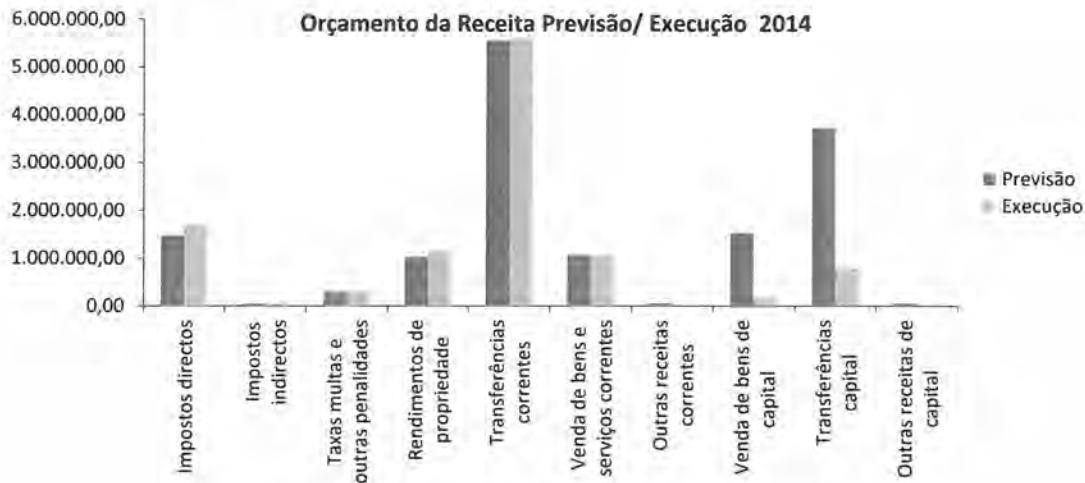
As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

Modificações Orçamentais, por Rubrica Económica								
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	8.739.818,00	58,88%	504.400,00	504.400,00	8.739.818,00	58,88%	0,00	0,00%
1.1 Pessoal	3.740.518,00	25,20%	15.400,00	364.900,00	3.391.018,00	22,85%	-349.500,00	-9,34%
1.2 Aquisição de Bens	701.800,00	4,73%	44.000,00	22.500,00	723.300,00	4,87%	21.500,00	3,06%
1.3 Aquisição de Serviços	3.192.800,00	21,51%	239.900,00	28.000,00	3.404.700,00	22,94%	211.900,00	6,64%
1.4 Juros e Outros Encargos	150.000,00	1,01%	24.000,00	58.000,00	116.000,00	0,78%	-34.000,00	-22,67%
1.5 Transferências Correntes	570.700,00	3,84%	131.600,00	11.000,00	691.300,00	4,66%	120.600,00	21,13%
1.6 Outras Despesas Correntes	384.000,00	2,59%	49.500,00	20.000,00	413.500,00	2,79%	29.500,00	7,68%
2. Despesas de Capital	6.103.400,00	41,12%	555.400,00	555.400,00	6.103.400,00	41,12%	0,00	0,00%
2.1 Terrenos	21.000,00	0,14%	65.000,00		86.000,00	0,58%	65.000,00	309,52%
2.2 Habitações/ Edifícios	756.650,00	5,10%		137.500,00	619.150,00	4,17%	-137.500,00	-18,17%
2.3 Construções Diversas	2.975.000,00	20,04%	192.700,00	339.900,00	2.827.800,00	19,05%	-147.200,00	-4,95%
2.4 Material de Transporte	30.000,00	0,20%		10.000,00	20.000,00	0,13%	-10.000,00	-33,33%
2.5 Equipamento/ Software Infor	59.000,00	0,40%	6.000,00		65.000,00	0,44%	6.000,00	10,17%
2.6 Equipamento Administrativo	474.250,00	3,20%	1.500,00	32.000,00	443.750,00	2,99%	-30.500,00	-6,43%
2.7 Equipamento Básico	103.500,00	0,70%	11.200,00	10.000,00	104.700,00	0,71%	1.200,00	1,16%
2.8 Ferramentas e Utensílios	5.000,00	0,03%			5.000,00	0,03%	0,00	0,00%
2.9 Investimentos Incorpóreos/ A	120.000,00	0,81%		26.000,00	94.000,00	0,63%	-26.000,00	-21,67%
2.10 Transferências de Capital	579.000,00	3,90%	279.000,00		858.000,00	5,78%	279.000,00	48,19%
2.11 Passivos Financeiros	980.000,00	6,60%			980.000,00	6,60%	0,00	0,00%
Total das Despesas (1)+(2)	14.843.218,00	100%	1.059.800,00	1.059.800,00	14.843.218,00	100%	0,00	0%

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 1.059.800,00€ e por anulações de igual valor.

É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram na aquisição de serviços e transferências correntes, em termos correntes, e construções diversas e transferências de capital, em termos de capital.

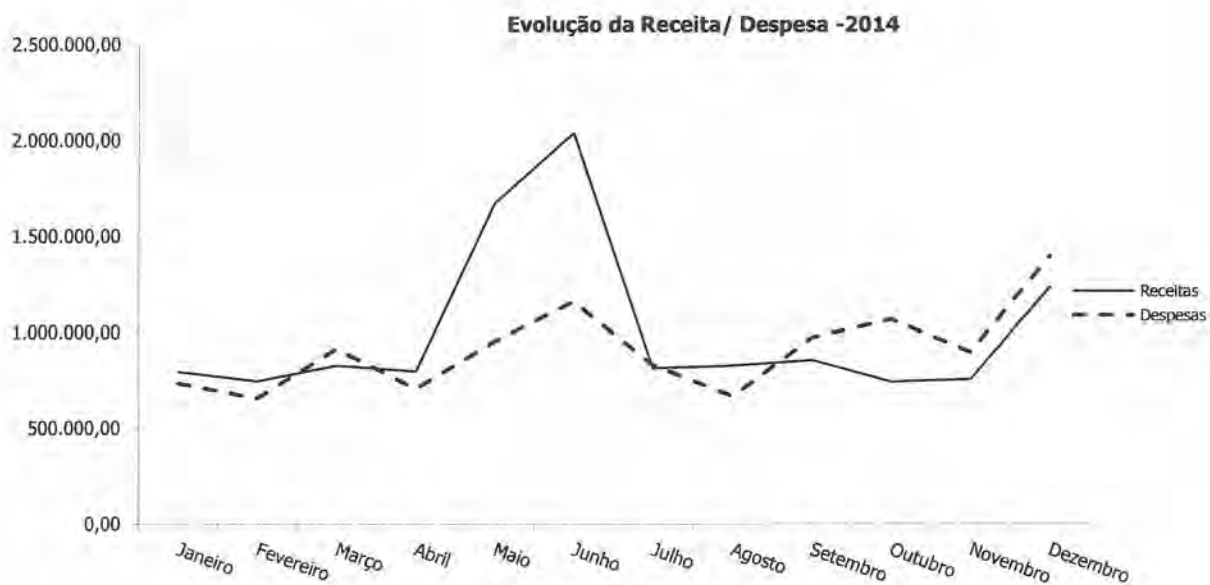
Relativamente ao Orçamento Municipal, sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências, em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa, encontram-se expostas nos gráficos seguintes.



RPAS
 JF
 VJ
 K
 PD
 JM
 Transferido

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

Evolução das Receitas e Despesas 2014							
Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Rec.	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	717.144,83	64.067,90	14.954,84	796.167,57	525.321,60	209.516,34	734.837,94
Fevereiro	701.658,66	45.557,00	0,00	747.215,66	484.947,25	173.222,21	658.169,46
Março	781.416,24	46.696,46	0,00	828.112,70	769.996,24	145.564,22	915.560,46
Abril	752.631,59	46.557,00	0,00	799.188,59	458.199,39	249.277,45	707.476,84
Maio	1.442.638,81	231.619,82	0,00	1.674.258,63	719.039,75	235.546,69	954.586,44
Junho	793.327,80	85.135,69	1.161.672,61	2.040.136,10	935.446,75	224.545,45	1.159.992,20
Julho	689.742,35	122.392,69	2.542,84	814.677,88	614.214,57	217.745,16	831.959,73
Agosto	780.491,02	45.735,84	2.746,84	828.973,70	408.955,39	258.437,89	667.393,28
Setembro	808.991,83	46.217,19	2.542,84	857.751,86	642.750,34	330.100,33	972.850,67
Outubro	679.474,47	63.633,10	2.542,84	745.650,41	711.254,42	357.397,93	1.068.652,35
Novembro	709.573,79	45.814,39	2.542,84	757.931,02	590.022,20	307.997,48	898.019,68
Dezembro	1.066.378,23	148.055,53	21.999,14	1.236.432,90	884.261,78	515.109,15	1.399.370,93
Total	9.923.469,62	991.482,61	1.211.544,79	12.126.497,02	7.744.409,68	3.224.460,30	10.968.869,98



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que entre os valores da receita e da despesa paga houve oscilações durante o ano de 2014, sendo o da segunda superior ao da primeira.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. As rubricas correntes são superiores às de capital, sendo a da receita superior à da despesa, com 91% e 9% respetivamente.



RPAS
[Handwritten signatures]

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

OM
Qualitativo

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2014 uma poupança corrente de 2.179.059,94€; este montante é superior em cerca de 247.802,57€ ao registado no ano de 2013.

Analisando os últimos anos, regista-se um crescimento positivo refletindo uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do superavit corrente, para financiar o investimento.

Equilíbrio Orçamental	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	6.378.897,60	6.507.615,28	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60	9.211.341,22	9.923.469,62
Despesas Correntes	5.980.654,62	6.210.286,89	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05	7.280.083,85	7.744.409,68
Poupança Corrente	398.242,98	297.328,39	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15	-241.106,24	585.117,39	647.999,55	1.931.257,37	2.179.059,94

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

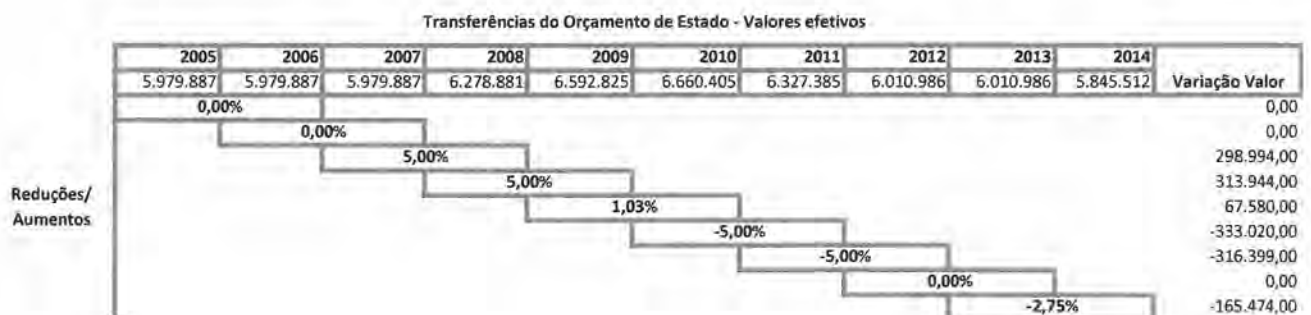
A crise económica e financeira que o país atravessa continuou a marcar o ano de 2014, o qual esteve sujeito a fortes políticas de contenção e disciplina.

A entrada em vigor já em 2012 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto de Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma, vieram condicionar a atuação dos Municípios, restringindo as regras de assunção de compromissos.

Também, no seguimento do já efetuado em anos anteriores, o Governo, tendo em vista o cumprimento dos objetivos assumidos a nível comunitário e com o FMI, aprovou novo conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nas quais está prevista a redução das transferências para as autarquias.

Estas medidas, fortemente penalizadoras para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 48% das receitas totais, provocaram uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2014 houve nova redução das transferências do Orçamento de Estado.

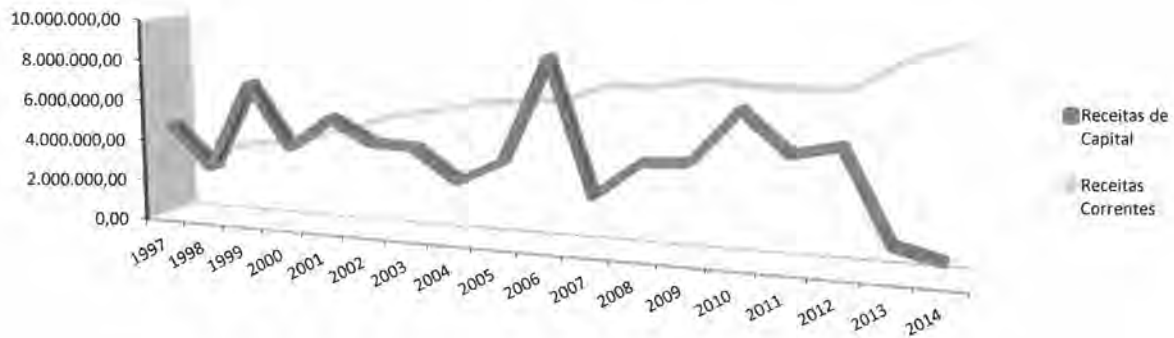
No quadro seguinte evidencia-se a evolução das transferências do OE:



No exercício de 2014, a receita arrecadada totalizou a importância de 10.914.952,23€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) e apresentou um acréscimo face a 2013 de 175.258,76€, que corresponde a cerca de 1,63%.

Analisando a evolução global das receitas, constata-se que no ano de 2014 a receita voltou, ainda que pouco, a crescer. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nesses dois anos.

Evolução das Receitas Correntes e de Capital



RPMS
21
22
AS
P

No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010 e 2011, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

O crescimento acentuado quer em 2013, quer em 2014 das receitas correntes resulta também do facto de naqueles anos terem ocorrido alterações na arrecadação do FEF em termos correntes e de capital (até 2012 FEF corrente – 60%; em 2014 FEF corrente 90%).

OM
AuritaG

Do total da receita arrecadada, 9.923.469,62 (90,92%) dizem respeito à receita corrente e 991.482,61€ (9,08%), à receita de capital. Verifica-se, assim, que a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada nos quadros seguintes, evidenciando-se nos mesmos a evolução verificada desde o ano de 2011, para melhor perceção do comportamento da receita.

Designação	2011			2012			2013			2014			Var 13/2014	
	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	%
Total da Receita Corrente	7.761.962,00	100,00%	59,89%	7.844.002,60	100,00%	58,03%	9.211.341,22	100,00%	68,15%	9.973.469,62	100,00%	73,41%	712.128,40	7,73%
Imposto Municipal sobre Imóveis	901.226,50	11,61%	6,95%	958.817,36	12,22%	7,09%	1.189.491,48	12,91%	8,80%	1.359.250,10	13,70%	10,06%	169.758,62	14,27%
Imp. Único de Circulação	164.662,18	2,12%	1,27%	191.441,79	2,44%	1,42%	247.473,45	2,69%	1,83%	219.775,74	2,21%	1,63%	-27.697,71	-11,19%
IMT	276.373,63	3,56%	2,13%	169.638,65	2,16%	1,25%	175.511,70	1,91%	1,30%	123.577,92	1,25%	0,91%	-51.933,78	-29,59%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	14.530,19	0,19%	0,11%	38.755,37	0,49%	0,29%	58.837,85	0,64%	0,44%	65.669,99	0,66%	0,49%	6.832,14	11,61%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	264.126,44	3,40%	2,04%	295.209,48	3,76%	2,18%	313.175,19	3,40%	2,32%	324.906,45	3,27%	2,40%	11.731,26	3,75%
Rendimentos de propriedades Participações do Município nos Impostos do Estado	3.946.499,00	50,84%	30,45%	3.755.712,00	47,88%	27,78%	4.883.349,00	53,01%	36,13%	5.298.824,00	53,40%	39,20%	415.475,00	8,51%
Outras Transferências	270.274,19	3,48%	2,09%	298.214,95	3,80%	2,21%	254.316,16	2,76%	1,88%	297.654,66	3,00%	2,20%	43.338,50	17,04%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	899.432,97	11,59%	6,94%	1.068.284,69	13,62%	7,90%	1.027.409,10	11,15%	7,60%	1.062.769,08	10,71%	7,86%	35.359,98	3,44%
Outras Receitas Correntes	90.883,57	1,17%	0,70%	54.532,78	0,70%	0,40%	42.453,02	0,46%	0,31%	18.361,92	0,19%	0,14%	-24.091,10	-56,75%
Total Receita Capital	5.198.814,71	100,00%	40,11%	5.673.147,48	100,00%	41,97%	1.528.352,25	16,59%	11,31%	991.482,61	9,99%	7,33%	-536.869,64	-35,13%
Venda de Bens de Investimento Participações do Município nos Impostos do Estado	2.380.886,00	45,80%	18,37%	2.255.274,00	39,75%	16,68%	1.127.637,00	12,24%	8,34%	546.688,00	5,51%	4,04%	-580.949,00	-51,52%
Outras Transferências	2.701.723,27	51,97%	20,85%	3.369.865,34	59,40%	24,93%	328.307,86	3,56%	2,43%	256.301,03	2,58%	1,90%	-72.006,83	-21,93%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	4.395,50	0,08%	0,03%	48.008,14	0,85%	0,36%	4.976,29	0,05%	0,04%	25.107,58	0,25%	0,19%	20.131,29	404,54%
Total das Receitas sem Reposições e sem Saldo Gerência Anterior	12.960.776,71	100%	100%	13.517.150,08	100%	100%	10.739.693,47	100%	100%	10.914.952,23	100%	100%	175.258,76	1,63%
Repos. não Abatidas nos Pag./ Saldo de Gerência	22.395,56			472.036,45			441.219,91			1.211.544,79			770.324,88	174,59%
Total das Receitas	12.983.172,27			13.989.186,53			11.180.913,38			12.126.497,02			945.583,64	8,46%

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Finanças Municipais – Colónia do Porto de 2011 a 2014						
Designação	2011	2012	2013	2014	Var 13/14	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Impostos Directos	1.342.262,31	1.319.897,80	1.612.476,63	1.702.603,76	90.127,13	5,59%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	901.226,50	958.817,36	1.189.491,48	1.359.250,10	169.758,62	14,27%
Imp. Único de Circulação/ IMV	164.662,18	191.441,79	247.473,45	219.775,74	-27.697,71	-11,19%
IMT	276.373,63	169.638,65	175.511,70	123.577,92	-51.933,78	-29,59%
2. Impostos indirectos específicos das Autarquias	14.530,19	38.755,37	58.837,85	65.669,99	6.832,14	11,61%
Mercados e Feiras	918,16	1.128,03	1.750,00	2.953,60	1.203,60	68,78%
Loteamentos e Obras	377,02	2.744,47	6.873,34	11.901,96	5.028,62	73,16%
Ocupação da Via Pública	4.366,35	4.857,68	4.760,32	6.181,60	1.421,28	29,86%
Publicidade	2.755,55	3.005,64	3.079,76	1.845,83	-1.233,93	-40,07%
Saneamento empresas	4.466,98	26.987,75	42.342,63	42.755,20	412,57	0,97%
Outros	1.646,13	31,80	31,80	31,80	0,00	0,00%
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	264.126,44	295.209,48	313.175,19	324.906,45	11.731,26	3,75%
Mercados e Feiras	49.317,15	40.680,67	40.780,48	40.435,11	-345,37	-0,85%
Loteamentos e Obras	38.212,97	44.497,32	25.459,69	43.410,10	17.950,41	70,51%
Ocupação da Via Pública	9.765,15	7.395,09	6.179,17	9.085,07	2.905,90	47,03%
Caça, uso e porte de arma	19,77	55,74	9,65	3,24	-6,41	-66,42%
Saneamento - Tx de conservação	88.475,89	166.700,93	196.675,38	189.159,57	-7.515,81	-3,82%
Outras	38.030,17	17.555,58	20.211,56	16.510,57	-3.700,99	-18,31%
Juros de Mora	2.084,65	1.155,19	8.586,96	15.392,70	6.805,74	79,26%
Juros compensatórios	4.021,63	2.359,93	7.093,87	2.319,27	-4.774,60	-67,31%
Coimas e Penalidades por contra ordenações	9.184,55	14.388,70	5.958,03	8.422,20	2.464,17	41,36%
Multas e Penalidades Diversas	25.014,51	420,33	2.220,40	168,62	-2.051,78	-92,41%
4. Rendimentos de propriedades	933.953,33	1.013.395,53	1.019.324,27	1.152.679,76	133.355,49	13,08%
Bancos e Outras Instituições financeiras	1.593,57	7.871,60	521,77	1.095,77	574,00	110,01%
Empresas Municipais e Intermunicipais	8.260,15	2.103,71	1.765,61	12.964,26	11.198,65	634,27%
Edifícios	99,76	2.955,41	1.130,00	0,00	-1.130,00	-100,00%
Bens de Dominio Público	500.464,29	519.902,00	514.013,39	586.074,78	72.061,39	14,02%
Outros	423.535,56	480.562,81	501.893,50	552.544,95	50.651,45	10,09%
5. Transferências Correntes	4.216.773,19	4.053.926,95	5.137.665,16	5.596.478,66	458.813,50	8,93%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.571.328,00	3.382.911,00	4.510.548,00	4.920.195,00	409.647,00	9,08%
Fundo Social Municipal	210.584,00	199.598,00	199.598,00	199.598,00	0,00	0,00%
Participação Variável no IRS	164.587,00	173.203,00	173.203,00	179.031,00	5.828,00	3,36%
Outras	65.884,00	0,00	65.884,00	82.920,11	17.036,11	25,86%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	54.928,80	63.715,95	1.329,60	1.992,32	662,72	49,84%
Serviços e fundos autónomos	117.607,36	146.701,01	129.206,78	153.722,28	24.515,50	18,97%
Serv.fund.autón.-						
Subsist.prot.famil.polít.act.EFP	22.027,47	58.591,97	37.468,61	48.775,72	11.307,11	30,18%
Segurança social	9.826,56	29.206,02	20.427,17	10.244,23	-10.182,94	-49,85%
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	899.432,97	1.068.284,69	1.027.409,10	1.062.769,08	35.359,98	3,44%
Venda de Bens	421.300,42	456.047,36	388.206,68	411.160,48	22.953,80	5,91%
Venda de Serviços	400.899,03	556.137,36	590.922,57	602.079,07	11.156,50	1,89%
Rendas	77.233,52	56.099,97	48.279,85	49.529,53	1.249,68	2,59%
7. Outras Receitas Correntes	90.883,57	54.532,78	42.453,02	18.361,92	-24.091,10	-56,75%
Total	7.761.962,00	7.844.002,60	9.211.341,22	9.923.469,62	712.128,40	7,73%

No exercício de 2014, as receitas correntes cresceram 7,73% (mais 712.128,40€), comparativamente a 2013, sendo as variações mais significativas provenientes das transferências correntes (sequência do já referido anteriormente relativamente à alteração da natureza das transferências do FEF), dos rendimentos de propriedade e dos impostos diretos.

Os Impostos Diretos cobrados, no valor de 1.702.603,76€, totalizaram mais 90.127,13€ (+5,59%), este valor resulta exclusivamente do aumento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) como consequência

da avaliação geral de Imóveis ocorrida durante o ano de 2012, uma vez que os outros impostos viram o seu valor reduzir em 2014.

De salientar que com, a publicação da nova Lei das Finanças Locais (Lei nº. 73/2013 de 3 de setembro), está prevista a redução gradual das taxas do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), com início em 2016 e que culminará com a extinção deste imposto em 1 de janeiro de 2018.

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas o saneamento das empresas.

No ano de 2014, os Impostos Indiretos cobrados totalizaram a importância de 65.669,99€ representando mais 6.832,14€ (11,61%) do que no ano anterior.

Também as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um acréscimo de 11.731,26€ (3,75%), como resultado do aumento da cobrança da rubrica de loteamentos e obras.

A rubrica Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 1.152.679,76€ (mais 133.355,49€ do que no período homólogo de 2013), tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 5.596.478,66€, apresentando um aumento no valor de 458.813,50€ (+8,93%), relativamente a 2013. Este aumento é proveniente como já anteriormente foi referido pela alteração em termos de percentagem da Transferência do FEF corrente (de 80% para 90%).

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 56%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 46%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 1.062.769,08€, tendo verificado um acréscimo de 3,44%. Para este valor contribuíram todas as rubricas deste agregado.

As Outras Receitas Correntes verificaram, por seu lado um decréscimo no montante de 24.091,10€ (-56,76%).

No total, a receita corrente cresceu 7,73%, relativamente ao ano de 2013, sendo a maior dos últimos 16 anos.

A receita de capital cobrada no exercício de 2014 totalizou o valor de 991.482,61€, a que corresponde uma diminuição de 536.869,64€ (-35,13%) face ao ano de 2013. As reduções ocorreram nas rubricas Estado-Participações Comunitária Projetos cofinanciados, na qual estão registadas as comparticipações no âmbito de projetos cofinanciados, e no FEF.

Evolução das Rubricas de Capital cobradas no período de 2011 a 2014						
Designação	2011 Valor	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	Var 13/14 Valor %	
1. Terrenos	52.711,94	0,00	64.331,10	87.056,00	22.724,90	35,32%
2. Edifícios	30.153,00	0,00	0,00	76.330,00	76.330,00	-
3. Outros Bens de Investimento	28.945,00	0,00	3.100,00	0,00	-3.100,00	-
3. Transferências de Capital	5.082.609,27	5.625.139,34	1.455.944,86	802.989,03	-652.955,83	-44,85%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	-
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.380.886,00	2.255.274,00	1.127.637,00	546.688,00	-580.949,00	-51,52%
Cooperação Técnica e Financeira	64.776,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	2.626.237,89	3.266.302,57	327.288,31	254.513,02	-72.775,29	-22,24%
Administração local	10.709,29	63.562,77	1.019,55	1.788,01	768,46	75,37%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
4. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Outras receitas de capital	4.395,50	48.008,14	4.976,29	25.107,58	20.131,29	404,54%
Total	5.198.814,71	5.673.147,48	1.528.352,25	991.482,61	-536.869,64	-35,13%

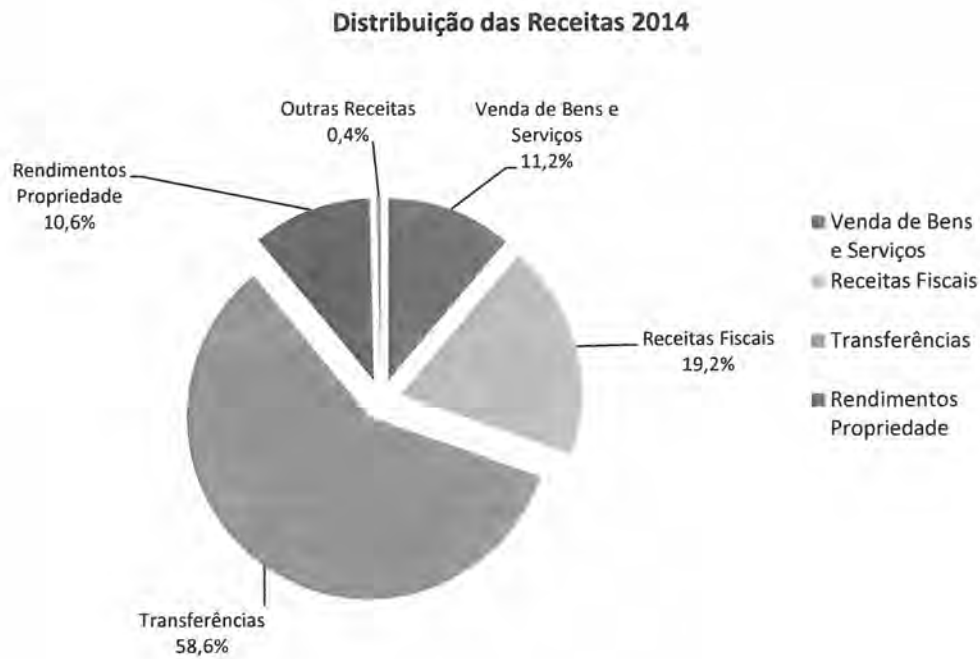
As Transferências de Capital totalizaram a importância de 802.989,03€, apresentando uma diminuição de 652.955,83€ (-44,85%), face ao ano económico de 2013. Do total das Transferências de Capital, 546.688,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 256.301,03€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 627,30€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Apetrechamento tecnológico da EB1 Arganil";
- 186.062,82€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: "Ampliação e infraestruturas na Zona Industrial da Relvinha";
- 18.359,02€ da ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado "Valorização Turística do Património Natural da Serra do Açor";
- 33.337,89€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: "Requalificação e ampliação do Antigo Quartel da GNR – Casa das Coletividades";
- 16.125,99€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: "Quinta do Mosteiro – Proteção Contra Agentes Bióticos Nocivos";

– 1.788,01€ a título de participação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP's).

As Outras receitas de Capital registaram um acréscimo de 404,54%, relativamente a 2013, valor pouco relativo em termos absoluto (20.131,29).

No gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2014:



Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respetivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2014 previa cobranças no valor global de 14.843.218,00€, contribuindo para esse montante, as receitas correntes com 9.518.642,00€ (64%), as receitas de capital com 4.162.515,59€ (28%) e outras receitas com 1.162.060,41€ (8%).

Os dados do Quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) atingiu o montante de 10.914.952,23€, tendo-se arrecadado 9.923.469,62€ de receitas correntes e 991.482,61€ de receitas de capital.

Mapa resumo da execução orçamental da receita

	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Índice de cobrança
Receitas correntes	9.518.642,00	9.923.469,62	404.827,62	104,25%
Receitas de capital	4.162.515,59	991.482,61	-3.171.032,98	23,82%
Reposições não abatidas aos pagamentos	500,00	49.984,38	49.484,38	9996,88%
Saldo Gerência Anterior	1.161.560,41	1.161.560,41	0,00	100,00%
Total	14.843.218,00	12.126.497,02	-2.716.720,98	81,70%

Daqui resulta que os maiores desvios ocorreram na cobrança de receitas de capital, fruto do baixo nível das receitas com origem na Venda de Bens de Investimento e Transferências de Capital (Sociedades e quase sociedades não financeiras).

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2003 a 2014:

Gráfico de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita corrente	91,46%	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%	90,04%	94,70%	96,88%	105,04%	104,25%
Receita de capital	34,80%	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	56,16%	53,53%	61,78%	25,82%	23,82%
Receitas Totais	55,27%	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%	72,50%	79,02%	74,17%	81,70%

A taxa de execução da receita em 2014 foi 81,70% situando-se acima da verificada em todos os anos anteriores.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 104,25%, valor abaixo do registado no ano de 2013.

Os Impostos Diretos registaram uma taxa de execução de 115,46%. Desta receita destaca-se, pela positiva o Imposto Municipal sobre Imóveis que verificou um aumento de 169.758,62€ (14,275%) e pela

RPM
27
10
18
30
OK
Receita

negativa quer o Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de imóveis que verificou uma diminuição de 51.933,78€ (-29,59%), quer o Imposto Único de Circulação que verificou uma diminuição de 27.697,71€ (-11,19%), relativamente ao previsto.

Em termos de receitas correntes apenas as Rúbricas de Multas e Outras Penalidades, Vendas e Prestações e as Outras Receitas Correntes registaram taxas de execução abaixo dos 100%.

Pela positiva destaca-se, pelo valor absoluto, a taxa de execução das Transferências Correntes (100,89%).

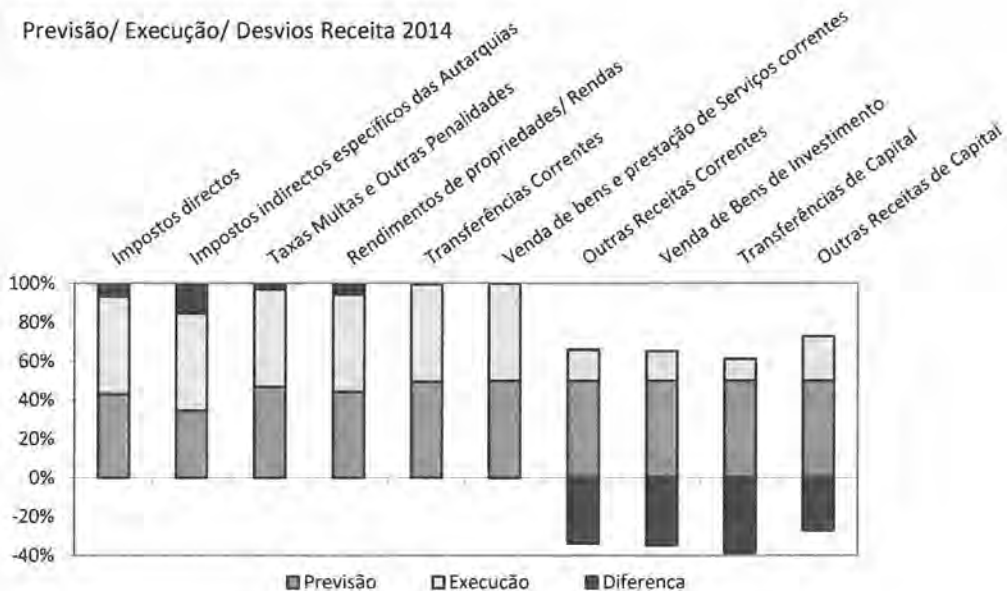
Quanto aos Rendimentos de Propriedade cuja receita é constituída por: rendas de concessão, juros dos depósitos bancários e rendas pagas pelos parques eólicos localizados dentro do perímetro do concelho de Arganil, cresceram ano após ano, durante os últimos cinco anos, atingindo em 2014 o valor de 1.152.679,76€. Em 2014 os Rendimentos de Propriedade representaram 9,5% de toda a receita arrecadada pelo Município de Arganil.

A Venda de Bens e Serviços registou um aumento de 3,44€ relativamente a 2013. Nesta rúbrica destaca-se o peso da Venda de água que representa 47% do total da rúbrica.

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 23,82%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2014, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras participadas e Mecenato.

Previsão/ Execução/ Desvios Receita 2014



Execução Orçamental dos Recursos 2014

Classificação da Receita	Previsão			Desvios		
	Inicial A	Final B	Execução C	Valor D=C-B	% E=D/B	Taxa de Execução
Impostos directos	1.474.626,00	1.474.626,00	1.702.603,76	227.977,76	15,46%	115,46%
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.052.043,00	1.052.043,00	1.359.250,10	307.207,10	29,20%	RPM 129,20%
Imp. Único de Circulação	222.150,00	222.150,00	219.775,74	-2.374,26	-1,07%	98,93%
IMT	200.432,00	200.432,00	123.577,92	-76.854,08	-38,34%	61,66%
Impostos Abolidos	1,00	1,00	0,00	-1,00	-100,00%	0,00%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	45.469,00	45.469,00	65.669,99	20.200,99	44,43%	144,43%
Taxas	274.404,00	274.404,00	298.603,66	24.199,66	8,82%	108,82%
Multas e Outras Penalidades	30.521,00	30.521,00	26.302,79	-4.218,21	-13,82%	86,18%
Rendimentos de propriedades/ Rendas	1.023.528,00	1.023.528,00	1.152.679,76	129.151,76	12,62%	112,62%
Transferências Correntes	5.547.030,00	5.547.030,00	5.596.478,66	49.448,66	0,89%	100,89%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.920.195,00	4.920.195,00	4.920.195,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	199.598,00	199.598,00	199.598,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação fixa no IRS	179.031,00	179.031,00	179.031,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	65.894,00	65.894,00	82.920,11	17.026,11	25,84%	125,84%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	23.807,00	23.807,00	1.992,32	-21.814,68	-91,63%	8,37%
Serviços e Fundos Autónomos	140.000,00	140.000,00	153.722,28	13.722,28	9,80%	109,80%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família Pol. Act.						
EFP	5,00	5,00	48.775,72	48.770,72	975414,40%	975514,40%
Segurança Social	18.500,00	18.500,00	10.244,23	-8.255,77	-44,63%	55,37%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	1.066.065,00	1.066.065,00	1.062.769,08	-3.295,92	-0,31%	99,69%
Outras Receitas Correntes	56.999,00	56.999,00	18.361,92	-38.637,08	-67,79%	32,21%
Total Receitas Correntes	9.518.642,00	9.518.642,00	9.923.469,62	404.827,62	4,25%	104,25%
Venda de Bens de Investimento	1.540.000,00	540.000,00	163.386,00	-376.614,00	-69,74%	30,26%
Transferências de Capital	3.729.038,00	3.567.477,59	802.989,03	-2.764.488,56	-77,49%	22,51%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	1.100.000,00	938.439,59	0,00	-938.439,59	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	546.688,00	546.688,00	546.688,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	38.477,00	38.477,00	0,00	-38.477,00	-100,00%	0,00%
FEDER	1.847.438,00	1.847.438,00	254.513,02	-1.592.924,98	-86,22%	13,78%
Administração Local	81.000,00	81.000,00	1.788,01	-79.211,99	-97,79%	2,21%
Segurança Social			0,00	0,00		
Instituições sem Fins Lucrativos	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
Famílias	115.430,00	115.430,00	0,00	-115.430,00	-100,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	55.038,00	55.038,00	25.107,58	-29.930,42	0,00%	45,62%
Total Receitas de Capital	5.324.076,00	4.162.515,59	991.482,61	-3.171.032,98	-76,18%	23,82%
Total Reposições não Abatidas nos Pagamentos	500,00	500,00	49.984,38	49.484,38	9896,88%	9996,88%
Saldo Gerência Anterior	0,00	1.161.560,41	1.161.560,41	0,00	0,00%	100,00%
Total das Receitas	14.843.218,00	14.843.218,00	12.126.497,02	-2.716.720,98	-18,30%	81,70%

Saldo de Gerência Anterior

O Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), dispõe na alínea e) do ponto 3.1.1, que a receita orçamental terá que cobrir a despesa orçamental, decorrendo daqui que a receita anual arrecadada terá que ser maior ou igual à despesa paga do ano. Deste modo, todos os anos deverá existir um excesso ou igualdade de receita em relação à despesa, e conseqüentemente um saldo orçamental (positivo ou nulo), que transita para o ano seguinte, e acresce ao do ano anterior, com a designação de Saldo da Gerência Anterior, podendo apenas ser contabilizado como receita orçamental, e conseqüentemente utilizado para liquidar despesa, no ano seguinte mediante a realização de uma revisão orçamental.

O Município de Arganil realizou em 2014, uma revisão orçamental com vista a poder utilizar a poupança orçamental acumulada (Saldo da Gerência Anterior), para realizar pagamentos e incorporar esse mesmo valor nos Fundos Disponíveis, que totalizava 1.161.560,41€, conforme consta nos documentos aprovados de Prestação de Contas do exercício de 2013. Esta Revisão Orçamental foi aprovada em 11 de junho de 2014 pela Câmara Municipal e em 14 de junho de 2014 pela Assembleia Municipal.

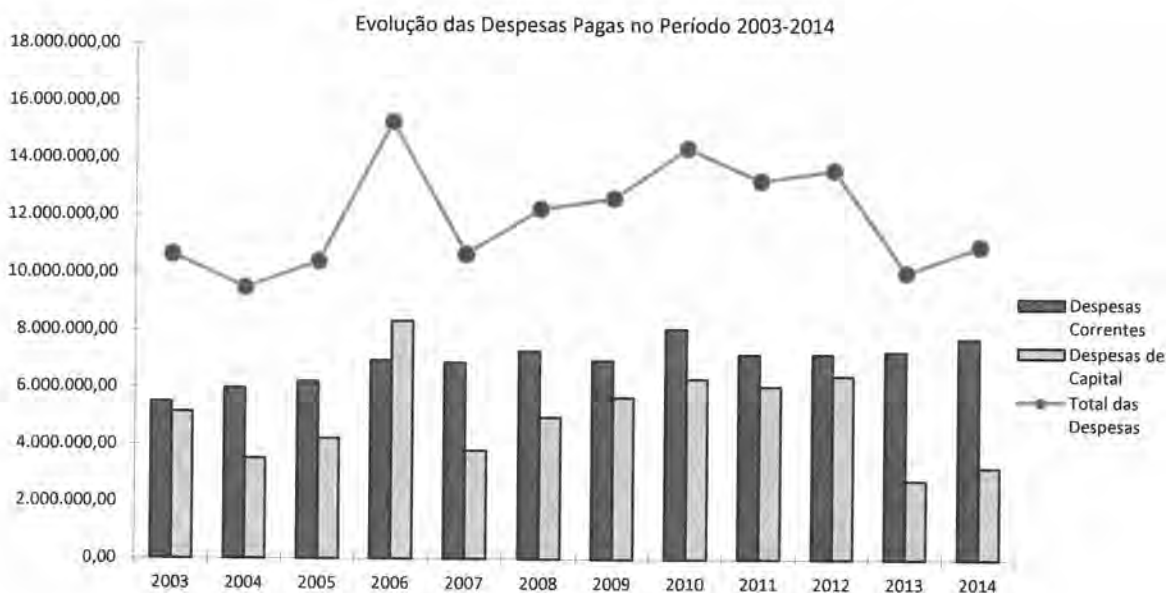
4.3 Despesa

Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2014, 10.968.869,98€ comparando com 10.057.590,47€, relativamente a 2013, representa um acréscimo de 9%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2003-2014, registou-se alguma variação no comportamento da despesa. Verifica-se que os picos de despesa ocorreram nos anos de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro (2006 e 2010).



Da despesa total paga, 7.744.409,68€ (70,6%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 3.224.460,30€ (29,4%) correspondem a despesas de capital.

RPA
27
18
10

Am
7.744.409,68

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2014

Condição das Despesas Ativas (Linha 40) em percentagem de 2011 a 2014

Designação	2011			2012			2013			2014			Var 2013/2014	
	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	%
Total da Despesa Corrente	7.176.844,61	100,00%	54,20%	7.196.003,05	100,00%	52,81%	7.280.083,85	100,00%	72,38%	7.744.409,68	100,00%	77,00%	464.325,83	6,38%
Pessoal	3.605.062,28	50,23%	27,23%	3.255.283,62	45,24%	23,89%	3.422.796,36	47,57%	34,03%	3.346.504,89	46,51%	33,27%	-76.291,47	-2,23%
Aquisição de Bens e Serviços	2.600.346,91	36,23%	19,64%	2.950.747,92	41,01%	21,66%	2.940.637,07	40,86%	29,24%	3.275.958,46	45,52%	32,57%	335.321,39	11,40%
Juros e Outros Encargos	189.789,94	2,64%	1,43%	171.906,91	2,39%	1,26%	92.457,50	1,28%	0,92%	107.397,75	1,49%	1,07%	14.940,25	16,16%
Transferências Correntes	394.759,70	5,50%	2,98%	457.669,78	6,36%	3,36%	525.787,11	7,31%	5,23%	671.495,72	9,33%	6,68%	145.708,61	27,71%
Outras Despesas Correntes	386.885,78	5,39%	2,92%	360.394,82	5,01%	2,64%	298.405,81	4,15%	2,97%	343.052,86	4,77%	3,41%	44.647,05	14,96%
Total da Despesa de Capital	6.064.263,74	100,00%	45,80%	6.429.743,58	100,00%	47,19%	2.777.506,62	100,00%	27,62%	3.224.460,30	100,00%	32,06%	446.953,68	16,09%
Aquisição de Bens de Capital	4.984.118,23	82,19%	37,64%	5.491.895,86	85,41%	40,31%	1.406.213,47	21,87%	13,98%	1.547.075,25	24,06%	15,38%	140.861,78	10,02%
Transferências de Capital	554.560,62	9,14%	4,19%	416.095,69	6,47%	3,05%	621.763,72	9,67%	6,18%	700.077,43	10,89%	6,96%	78.313,71	12,60%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	525.584,89	8,67%	3,97%	521.752,03	8,11%	3,83%	749.529,43	11,66%	7,45%	977.307,62	15,20%	9,72%	227.778,19	30,39%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Total das Despesas	13.241.108,35			13.625.746,63			10.057.590,47			10.968.869,98			911.279,51	9,06%

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2012 a 2014:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2012 a 2014					
Designação	2012	2013	2014	Var. 13/14	Var. 13/14
				Valor	%
1. Despesas com Pessoal	3.255.283,62	3.422.796,36	3.346.504,89	-76.291,47	-2,23%
Remunerações certas e permanentes	2.566.704,89	2.667.212,34	2.514.209,88	-153.002,46	-5,74%
Abonos variáveis ou eventuais	116.491,08	88.205,38	76.614,21	-11.591,17	-13,14%
Segurança social	572.087,65	667.378,64	755.680,80	88.302,16	13,23%
2. Aquisição de Bens	563.543,44	524.189,62	561.391,92	37.202,30	7,10%
Matérias-primas e subsidiárias	15.896,11	16.370,01	32.586,43	16.216,42	99,06%
Combustíveis e lubrificantes	219.660,04	252.070,45	231.042,53	-21.027,92	-8,34%
Munições, explosivos e artificios	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Limpeza e higiene	10.420,20	8.373,06	10.667,07	2.294,01	27,40%
Alimentação-Refeições confeccionadas	166.407,80	121.233,53	111.272,07	-9.961,46	-8,22%
Alimentação-Géneros para confeccionar	11.203,81	503,12	1.339,93	836,81	166,32%
Vestuário e artigos pessoais	646,45	930,88	26.471,75	25.540,87	2743,73%
Material de escritório	11.772,91	11.222,57	12.356,11	1.133,54	10,10%
Material de consumo clínico	0,00	73,49	506,35	432,86	589,01%
Material de transporte-Peças	39.655,64	33.942,25	57.081,68	23.139,43	68,17%
Material de consumo hoteleiro	0,00	1.626,21	899,42	-726,79	-44,69%
Outro material-Peças	25.063,23	11.585,53	22.934,92	11.349,39	97,96%
Prémios, condecorações e ofertas	4.848,05	7.750,28	5.644,47	-2.105,81	-27,17%
Ferramentas e utensílios	2.023,21	1.300,99	3.299,15	1.998,16	153,59%
Livros e documentação técnica	1.161,66	1.077,84	1.020,00	-57,84	-5,37%
Artigos honoríficos e de decoração	183,20	102,88	454,76	351,88	342,03%
Material de educação, cultura e recreio	14.351,30	6.286,20	9.229,50	2.943,30	46,82%
Outros bens	40.249,83	49.740,33	34.585,78	-15.154,55	-30,47%
3. Aquisição de Serviços	2.387.204,48	2.416.447,45	2.714.566,54	298.119,09	12,34%
Encargos das instalações	831.374,46	971.738,84	1.031.036,85	59.298,01	6,10%
Conservação de bens	36.531,00	33.645,76	39.230,33	5.584,57	16,60%
Comunicações	122.692,60	102.992,95	122.949,97	19.957,02	19,38%
Transportes	611.425,42	557.846,39	519.614,19	-38.232,20	-6,85%
Representação dos serviços	4.755,51	2.048,16	2.408,17	360,01	17,58%
Seguros	59.668,41	109.099,27	81.093,13	-28.006,14	-25,67%
Deslocações e estadas	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	59.482,85	27.847,20	52.330,98	24.483,78	87,92%
Formação	2.793,35	1.840,00	21.531,39	19.691,39	1070,18%
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Publicidade	31.433,99	16.318,08	22.116,59	5.798,51	35,53%
Vigilância e segurança	3.903,14	3.684,24	3.348,14	-336,10	-9,12%
Assistência técnica	9.928,95	16.793,89	32.693,61	15.899,72	94,68%
Outros trabalhos especializados	364.344,51	372.993,62	481.140,95	108.147,33	28,99%
Serviços de saúde	6.451,92	5.476,58	4.733,94	-742,64	-13,56%
Encargos de cobrança de receitas	98.781,91	76.869,79	74.854,63	-2.015,16	-2,62%
Outros serviços	143.636,46	117.252,68	225.483,67	108.230,99	92,31%
4. Juros e Outros Encargos	171.906,91	92.457,50	107.397,75	14.940,25	16,16%
Empréstimos de médio e longo prazos	166.144,94	92.440,78	82.481,29	-9.959,49	-10,77%
Outros juros	5.761,97	16,72	24.916,46	24.899,74	148921,89%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Transferências Correntes	457.669,78	525.787,11	671.495,72	145.708,61	27,71%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	0,00	1.904,91		
Estado	5.628,00	5.628,00	5.460,00	-168,00	-2,99%
Freguesias	94.746,88	138.897,17	188.508,12	49.610,95	35,72%
Associações de municípios	1.100,00	4.756,00	8.717,39	3.961,39	83,29%
Instituições sem fins lucrativos	271.866,48	311.972,73	352.837,14	40.864,41	13,10%
Famílias	84.328,42	64.533,21	114.068,16	49.534,95	76,76%
6. Outras Despesas Correntes	360.394,82	298.405,81	343.052,86	44.647,05	14,96%
Impostos e taxas	12.409,92	11.354,67	7.724,68	-3.629,99	-31,97%
Outras	347.984,90	287.051,14	335.328,18	48.277,04	16,82%
Total	7.196.003,05	7.280.083,85	7.744.409,68	464.325,83	6,38%

RPMS

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 43% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 86% da despesa corrente paga.

No ano de 2014, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.346.504,89€, apresentando uma diminuição relativamente a 2013 de 76.291,47€ (-2,23%). Esta redução resultou sobretudo da diminuição dos montantes pagos a título de remunerações certas e permanentes, consequência do disposto no art.º 33 do Orçamento de Estado para 2014 que esteve em vigor até a declaração de inconstitucionalidade emitida pelo Tribunal Constitucional em Maio desse ano.

Em termos de despesa com pessoal registou-se também uma redução do pagamento das horas extraordinárias.

O agregado Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços registou um aumento, no valor de 335.321,39€. Este aumento decorre sobretudo do aumento da rubrica trabalhos especializados, a qual reflete entre outros o custo com a Águas do Mondego (o ano de 2014 foi o primeiro ano em que o custo com a ETAR de Coja foi considerado na totalidade) e da rubrica outros serviços (onde estão registados serviços de manutenção da rede viária florestal).

Dos valores pagos nesta além dos já referidos rubricas destacam-se, os encargos com combustíveis, encargos com instalações (eletricidade principalmente), comunicações e transportes. Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

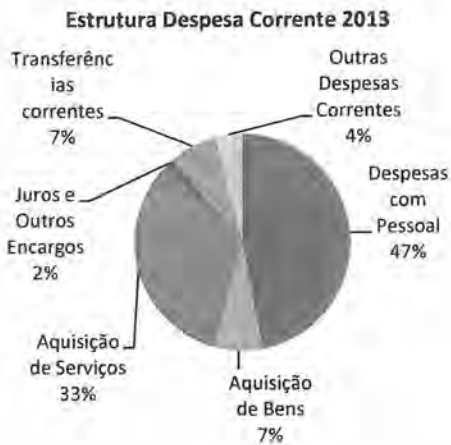
Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada um aumento neste agregado no valor de 14.940,25€ (16,16%), relativamente a 2013.

As Transferências Correntes totalizaram mais 145.708,61€ (27,71%) do que no ano anterior.

Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, Juntas de Freguesia, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica “Outras Despesas Correntes” que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/Feira do Mont’Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um aumento de 14,96% relativamente ao ano de 2013.

Os gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa corrente no ano de 2013 e 2014.



RPAS
af
S
B
P

Como é possível verificar dos gráficos acima a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

OM
near:tc

Da observação do Quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou um aumento, em termos homólogos, de 446.953,68€ (16,09%).

Na Aquisição de Bens de capital as componentes de maior expressão são as inseridas na rubrica Construções Diversas, e dentro destas a Viação Rural, onde estão inseridas as obras de infraestruturização viária do concelho, e Viadutos Arruamentos e Obras Complementares, estão inseridas as obras da Requalificação do Largo do Pelourinho e do Largo do Paço Grande.

A variação negativa das Instalações Desportivas e Recreativas reflete o término da empreitada de Requalificação da Antiga Cerâmica Arganilense.

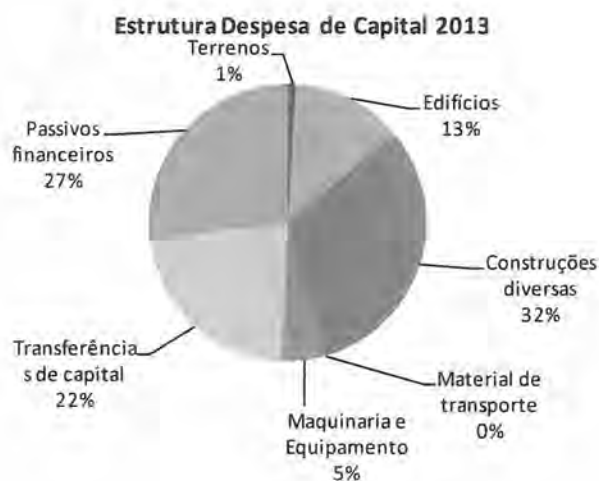
O aumento de valor das transferências de capital para Instituições sem Fim Lucrativo reflete a transferência a favor do Clube Operário Jardim do Alva, de modo a ajudar a custear as despesas com a requalificação do campo sintético.

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2014, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 977.307,62€; valor este superior ao registado em 2013 dado que só a partir de julho de 2013 se iniciou o pagamento das amortizações de capital do empréstimo contratado em 2010.

Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2012 a 2014

Designação	2012	2013	2014	Var. 13/14 Valor	Var. 13/14 %
1. Terrenos	42.179,70	23.677,00	72.500,00	-48.823,00	206,20%
2. Edifícios	3.658.211,70	366.655,97	28.601,85	-338.054,12	-92,20%
Instalações de serviços	58.075,93	17.964,77	28.601,85	10.637,08	59,21%
Instalações desportivas e recreativas	3.570.047,27	288.013,83	0,00	-288.013,83	-100,00%
Escolas	30.088,50	60.677,37	0,00	-60.677,37	-100,00%
3. Construções diversas	1.579.588,68	874.397,03	1.250.731,80	376.334,77	43,04%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	44.829,13	87.445,08	216.495,76	129.050,68	147,58%
Sistemas de drenagem de águas residuais	42.005,13	26.262,39	16.380,03	-9.882,36	-37,63%
Estações de tratamento de águas residuais	270,55	82.361,86	192.469,66	110.107,80	133,69%
Iluminação pública	16.442,75	6.544,46	5.956,81	-587,65	-8,98%
Instalações desportivas e recreativas	1.104,54	145,83	608,85	463,02	317,51%
Captação e distribuição de água	33.018,03	28.305,67	35.658,56	7.352,89	25,98%
Viação rural	1.180.298,31	595.814,08	575.530,75	-20.283,33	-3,40%
Sinalização e trânsito	11.934,36	12.609,42	13.295,67	686,25	5,44%
Cemitérios	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outros	249.685,88	34.908,24	194.335,71	159.427,47	456,70%
4. Material de transporte	46.065,25	0,00	3.285,82	3.285,82	-
5. Maquinaria e Equipamento	165.850,53	141.483,47	191.955,78	50.472,31	35,67%
Equipamento/ Software informática	48.942,42	45.572,31	38.604,76	-6.967,55	-15,29%
Equipamento administrativo	39.983,35	16.317,82	78.302,45	61.984,63	379,86%
Equipamento básico	59.827,35	64.363,56	73.132,55	8.768,99	13,62%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Obj. valor	17.097,41	15.229,78	1.916,02	-13.313,76	-87,42%
6. Investimentos incorpóreos	0,00	0,00	0,00	0,00	-
7. Transferências de capital	416.095,69	621.763,72	700.077,43	78.313,71	12,60%
Freguesias	393.595,69	544.263,72	579.077,43	34.813,71	6,40%
Instituições sem fins lucrativos	22.500,00	77.500,00	121.000,00	43.500,00	56,13%
8. Passivos financeiros	521.752,03	749.529,43	977.307,62	227.778,19	30,39%
9. Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total	6.429.743,58	2.777.506,62	3.224.460,30	446.953,68	16,09%

Os Gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa de capital nos anos 2013 e 2014.

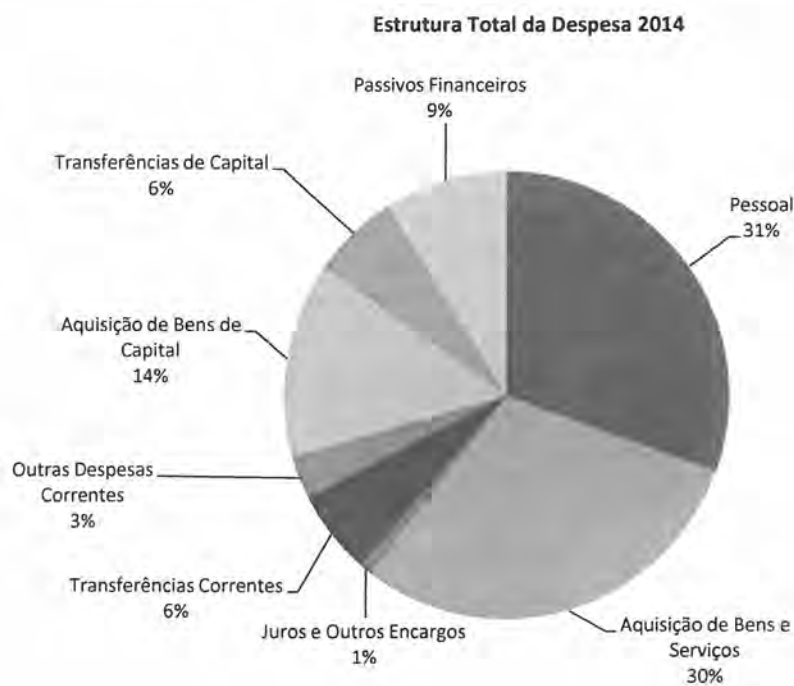


Na rubrica de transferências de capital, com um peso de 21,7% no total das despesas de capital e cujo valor verificou um aumento relativamente ao período homólogo de 2013 estão incluídos os contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 454.317,96€, discriminado no seguinte quadro:

Entidade	Objecto	Valor Total	Valor Pago	Por finalizar em 31/12/2014
Associação Freguesias	Trabalhos de silvicultura preventiva na União de Freguesias de Coja e Barril de Alva e nas freguesias Beneficiação de equipamento	11.745,39 5.000,00	11.745,39 5.000,00	0,00 0,00
Freguesia de Arganil	Requalificação de passeios em Rochel Requalificação e pavimentação da rua das Courelas e da Fonte Pavimentação e requalificação de rua no Vale Nicolau	9.029,54 17.867,63 9.126,60	9.029,54 17.867,63 4.563,30	0,00 0,00 4.563,30
União das Freguesias de Côja e Barril de Alva	Instalação de rega automática no parque de merendas Pavimentação da continuação da estrada das Covadas, numa distância de 150 metros, reparação do publicidade visual da vila de Côja	3.000,00 22.816,50 20.000,00	3.000,00 22.816,50 20.000,00	0,00 0,00 0,00
Freguesia da Benfeita	Criação de bar e wc's na Fraga da Pena - 2ª Fase (2011) Reparação do relógio da Torre da Paz, a construção de muro de suporte de terras do logradouro da Execução de muro de suporte da estrada que liga Benfeita a Luadas e a sinalética vertical rodoviária na freguesia de Benfeita Reconstrução de muro em xisto junto ao coletor de drenagem de esgotos na ribeira	12.500,00 10.000,00 2.014,00	12.500,00 7.570,75 2.014,00	0,00 2.429,25 0,00
Freguesia de Celavisa	Requalificação de espaços públicos em Celavisa, Linhares, Pracérias e Travessas Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madeira - 1ª fase Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madeira - 2ª fase	12.000,00 9.689,16 9.689,16	12.000,00 4.844,58 4.844,58	0,00 4.844,58 4.844,58
União das Freguesias de Cepos e Teixeira	Requalificação do Largo Tenente Falcão-1ª Fase Requalificação do Largo Tenente Falcão-2ª Fase Remodelação da rede de abastecimento de água de Agua d'Alte, construção de depósito de água de 60000 L (Água d'Alte) Reconst. calçada e colocação de guarda de proteção em Porto Castanheiro	6.540,58 6.540,58 17.500,00 17.500,00	3.270,29 1.308,12 8.750,00 17.500,00	3.270,29 5.232,46 8.750,00 0,00
União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	Muro de suporte de terras - Rua Anthero da Veiga Arranjo da envolvente à Junta de Freguesia Aquisição de uma viatura Calcetamento da rua de acesso à igreja e cemitério (Alternativa) Calcetamento de caminho público de acesso ao TER da fonte da casa e das ruas de Vale de Lucas e Vale das árvores Silvicultura preventiva nas freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	2.650,00 4.240,00 4.500,00 16.496,99 22.251,93 2.614,15	2.650,00 4.240,00 4.500,00 16.496,99 22.251,93 2.614,15	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Freguesia de Folques	Instalação de vedação no largo principal de Salgueiro Parque de lazer da Ponte nova - 3.ª fase Parque de lazer da Ponte nova - 4.ª fase Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova - 2.ª fase	4.000,00 10176,00 10176,00 9865,95 9865,95	1.000,00 10176,00 10176,00 4932,98 4932,98	3.000,00 0,00 0,00 4932,97 4932,97
Freguesia de Piódão	Reabilitação da piscina de Chãs d'Egua	5.939,92	5.939,92	0,00
Freguesia de Pomares	Construção de fossa da Portelinha Requalif. edifício da junta de freguesia e const. de muro de suporte junto à ribeira Levantamento de pontão de ferro junto ao campo de futebol e instalação de vedação em madeira	7.000,00 8.500,00 2648,94	7.000,00 4.250,00 1324,47	0,00 4.250,00 1.324,47
Freguesia de Pombeiro da Beira	Requalificação de sinalética em toda a freguesia Calcetamento da rua do Valado e Largo do fundo do lugar (Casal de Frade), da Rua do cimo do lugar e estrada do Barro e do Largo Francisco Costa Lopes (Priados) Silvicultura preventiva na freguesia	18.379,63 18.083,52 3.900,00	18.379,63 18.083,52 3.900,00	0,00 0,00 0,00
Freguesia de S.M. Cortiça	Beneficiação da rua da União Recreativa da Urgueira e pavimentações das ruas do Marco (Pombeiras) Silvicultura preventiva na freguesia Pavimentação da rua Fonte da Moura (Urgueira)	17.690,00 4.926,80 7.995,00	17.690,00 4.926,80 7.995,00	0,00 0,00 0,00
Freguesia de Sarzedo	Calcetamento de Rua de acesso à Igreja - 1.ª Fase Calcetamento de Rua de acesso à Igreja - 2.ª Fase Silvicultura preventiva na freguesia Construção de museu	12.759,75 12.759,75 1000 4478,78	6.379,88 2.551,95 1000 2239,39	6.379,87 10.207,80 0,00 2.239,39
Freguesia de Secarias	Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira Requalificação do largo Antonino dos Santos - 2ª Fase Requalificação do largo Antonino dos Santos - 3.ª fase Revestimento do caneiro Iluminação da envolvente ao largo Antonino dos Santos e campo de jogos e obras na igreja de Secarias Construção de armazém junto ao estaleiro da junta de freguesia	6.500,00 7.500,00 7.500,00 5.588,00 9.788,11 3.286,00	1.625,00 7.500,00 3.750,00 5.588,00 9.788,11 3.286,00	4.875,00 0,00 3.750,00 0,00 0,00 0,00
União das Freguesias de Vila Cova e Anseriz	Construção de parque de estacionamento Requalificação das ruas Liga de Melhoramentos, José Neves, Bacharel Joaquim Gouveia Pinto, do Pombal e das Eiras e construção de valetas em frente à escola Silvicultura preventiva nas freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz Execução parques de lazer na Fonte dos Passarinhos e R. das Fontainhas, criação de muro vedação (Vinhó), const. de vedação em madeira no largo das Cerejeiras, Benef. dos largos da Assoc. de Moradores a 1º de Maio (Casal S. João) Pavimentação da rua da capela de São Sebastião Requalificação do largo das Eiras Reparação do caminho do Giesteiro (Vinhó)	3.700,00 11.938,58 2.000,00 5.025,00 10.000,00 14.787,00 7.685,00	3.700,00 11.938,58 2.000,00 5.025,00 10.000,00 7.393,50 3.842,50	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 7.393,50 3.842,50
Total		560.005,89	454.317,96	105.687,93

No total a despesa paga em 2014 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga- 2014		
Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes		
Total de 2014		
Pessoal	3.346.504,89	30,51%
Aquisição de Bens e Serviços	3.275.958,46	29,87%
Juros e Outros Encargos	107.397,75	0,98%
Transferências Correntes	671.495,72	6,12%
Outras Despesas Correntes	343.052,86	3,13%
Total Despesas Correntes	7.744.409,68	70,60%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	1.547.075,25	14,10%
Transferências de Capital	700.077,43	6,38%
Passivos Financeiros	977.307,62	8,91%
Outras Despesas Capital	0,00	0,00%
Total Despesas de Capital	3.224.460,30	29,40%
Total das Despesas	10.968.869,98	100,00%



Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2014 ascendeu a 14.843.218,00€, dos quais 8.739.818,00€ são afetos a despesas correntes (59%) e 6.103.400,00€ (41%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 10.968.869,98€, sendo 7.744.409,68€ (70,6%) despesas de natureza corrente e 3.224.460,30€ (29,4%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 3.874.348,02€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 73,90%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 88,61%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 52,83%.

Mapa resumo da execução orçamental da despesa

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	8.739.818,00	7.744.409,68	-995.408,32	88,61%
Despesa capital	6.103.400,00	3.224.460,30	-2.878.939,70	52,83%
Total	14.843.218,00	10.968.869,98	-3.874.348,02	73,90%

Handwritten notes:
RPAS
J
S
A
B
M
73,90%

O Quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2003 a 2014.

Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa Corrente	77,90%	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%	86,48%	84,99%	88,61%
Despesa de Capital	40,70%	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%	68,52%	42,68%	52,83%
Despesa Total	53,82%	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%	76,96%	66,72%	73,90%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2014 foi mais alta do que a verificada em 2013.

Os Quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado (98,69%).

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçamentado (-852.041,54€).

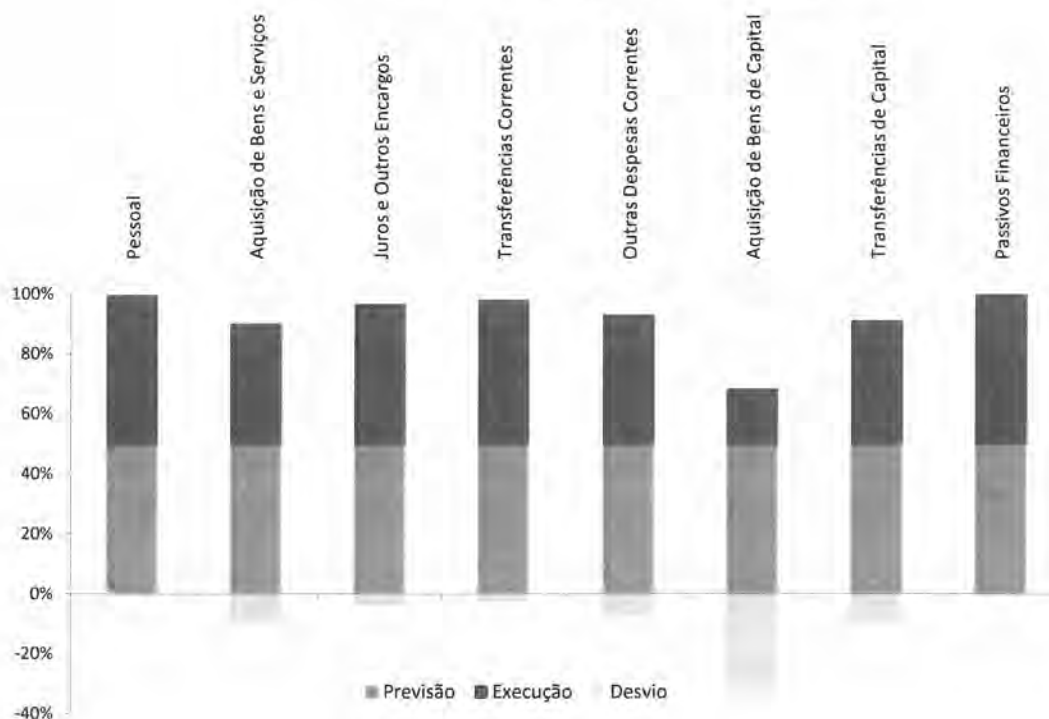
No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pago totalizou menos 2.878.939,70€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Requalificação do Paço Grande, Projetos Praud, Requalificação do Parque Adões Bermudes, ETAR's/ Estações Elevatórias do Concelho, Museu Internacional do Rally e Requalificação de Acessibilidades no Concelho 2012/2013, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

Execução Orçamental da Despesa 2014

	Inicial	Orçamento Final	Varição	Valor Executado	Desvio	%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.740.518,00	3.391.018,00	349.500,00	3.346.504,89	-44.513,11	98,69%
02 - Aquisição de bens e serviços	3.894.600,00	4.128.000,00	-233.400,00	3.275.958,46	-852.041,54	79,36%
03 - Juros e outros encargos	150.000,00	116.000,00	34.000,00	107.397,75	-8.602,25	92,58%
04 - Transferências correntes	570.700,00	703.300,00	-132.600,00	671.495,72	-31.804,28	95,48%
06 - Outras despesas correntes	384.000,00	401.500,00	-17.500,00	343.052,86	-58.447,14	85,44%
Total das despesas correntes	8.739.818,00	8.739.818,00	0,00	7.744.409,68	-995.408,32	88,61%
07 - Aquisição de bens de capital	4.544.400,00	4.265.400,00	279.000,00	1.547.075,25	-2.718.324,75	36,27%
08 - Transferências de capital	579.000,00	858.000,00	-279.000,00	700.077,43	-157.922,57	81,59%
09 - Activos financeiros	980.000,00	980.000,00	0,00	977.307,62	-2.692,38	99,73%
10 - Passivos financeiros			0,00		0,00	-
Total das despesas de capital	6.103.400,00	6.103.400,00	0,00	3.224.460,30	-2.878.939,70	52,83%
Total da Despesa	14.843.218,00	14.843.218,00	0,00	10.968.869,98	-3.874.348,02	73,90%

Previsão/ Execução e Desvio da Despesas 2014



Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2014, estimaram-se inicialmente em 9.195.400,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 9.482.900,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 61,77%, sendo que, 34,30% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 86,68% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's				
Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	4.789.000,00	4.510.000,00	1.547.075,25	34,30%
Actividades Mais Relevantes	4.406.400,00	4.972.900,00	4.310.555,92	86,68%
Total	9.195.400,00	9.482.900,00	5.857.631,17	61,77%

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

Projectos das GOP's

Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2014 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2014	Pago Total
Projectos do PPI					
Requalificação do Paço Grande	0,00	143.449,25	143.449,25	143.449,25	143.449,25
Casa das Coletividades	0,00	24.358,67	24.358,67	24.358,67	24.358,67
Requalificação do Largo do Pelourinho	0,00	43.346,12	43.346,12	43.346,12	43.346,12
Beneficiação de Arruamentos e Estradas Municipais 2012/2013	161.673,30	169.437,00	331.110,30	169.437,00	331.110,30
Reflorestação da Quinta do Mosteiro	0,00	70.228,05	70.228,05	70.228,05	70.228,05
Requalificação Rede Viária Municipal	2.990.163,17	313.819,44	3.303.982,61	313.819,44	3.303.982,61
Requalificação de Acessibilidades no Concelho 2012/2013	0,00	91.875,11	91.875,11	90.875,11	90.875,11
ETAR's/ Estações elevatórias do Concelho	84.763,65	192.469,66	277.233,31	192.469,66	277.233,31
Sub- Total	3.236.600,12	1.048.983,30	4.285.583,42	1.047.983,30	4.284.583,42
Projectos das AMR's					
Fornecimento de energia elétrica		1.023.744,68	1.023.744,68	995.196,19	995.196,19
Combustíveis		246.298,48	246.298,48	205.521,78	205.521,78
Transportes escolares		545.336,93	545.336,93	496.859,79	496.859,79
Fornecimento de refeições 1.º CEB e Pré-Escolar		118.830,56	118.830,56	110.386,47	110.386,47
Mondego		326.368,11	326.368,11	303.990,90	303.990,90
Apoio ao Associativismo		112.650,00	112.650,00	112.650,00	112.650,00
Transferências para as Freguesias		767.585,55	767.585,55	767.585,55	767.585,55
Ficabeira		142.531,09	142.531,09	142.531,09	142.531,09
Sub-Total	0,00	3.408.808,25	3.408.808,25	3.251.551,79	3.251.551,79
Total	3.236.600,12	4.457.791,55	7.694.391,67	4.299.535,09	7.536.135,21

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2014:

- Requalificação do Paço Grande cuja obra encontrava-se em curso no final de 2014 (taxa de execução do ano de 65,20%);
- ETAR's/ Estações Elevatórias do Concelho cuja encontrava-se em curso no final de 2014 (taxa de execução 66,37%);
- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 88,57 %;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

A execução global de 2014 ficou abaixo da verificada nos últimos quatro anos.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

No que concerne a limites com despesas com pessoal Lei de Orçamento de Estado para 2014 não previu qualquer limite para esse ano. No entanto o n.º 5 do art. 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo, também em 2014, verificou-se um esforço de contenção de despesas com o pessoal.

Os gastos com Pessoal correspondem a 30,51% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

No ano de 2014 verificou-se um decréscimo da despesa com o pessoal. Esta situação deve-se sobretudo aos seguintes fatores:

- Diminuição dos montantes pagos a título de remunerações certas e permanentes, consequência do disposto no art.º 33 do Orçamento de Estado para 2014 que esteve em vigor até a declaração de inconstitucionalidade emitida pelo Tribunal Constitucional em Maio desse ano;
- Término de contratos a termo;
- Diminuição dos montantes pagos por conta de trabalho suplementar.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (75,13%), e verificaram relativamente a 2013 um decréscimo de 5,74%.

Deste grupo destaca-se o aumento da rubrica pessoal aguardando aposentação que reflete as 13 aposentações verificadas durante o ano de 2014.

RMS
f
v
AS
B

M
F. R. L. G.

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: as senhas de presença dos eleitos, o trabalho suplementar bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo todas as rubricas registaram uma diminuição comparativamente a 2013.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários.

No que respeita à Segurança Social dos Funcionários Públicos no ano de 2014 o Orçamento de Estado de 2014 (Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro), nos termos do art.º 81º, alterou a comparticipação dos Municípios para a CGA, que incide sobre as remunerações dos trabalhadores, aumentando esta de 20% para 23,75%, o que explica em parte o aumento de 25,34% desta rubrica. Outro facto que contribuiu para esse aumento foi o pagamento da comparticipação do mês de dezembro ainda nesse mês.

Quanto a esta matéria, é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2014 o montante pago a este título totalizou os 69.918,51€, registado na rubrica “Encargos com a Saúde”.



Município de Arganil
Relatório de Gestão - 2016

Evolução dos Despesas (em Escudo)

	2008	2009	Var. %	2010	Var. %	2011	Var. %	2012	Var. %	2013	Var. %	2014	Var. %
Rem. Certas e permanentes													
Rem. órgãos autárquicos	111.589,20	118.605,74	6,29%	235.062,07	98,19%	135.699,00	-42,27%	140.845,48	3,79%	143.343,83	1,77%	153.602,03	4,59%
Rem. pessoal do quadro	1.535.572,13	1.561.183,66	1,67%	1.694.891,52	-2,62%	1.692.628,79	-0,13%	1.734.006,70	2,44%			1.608.615,90	-48,07%
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho	158.077,86	179.387,02	13,48%							1.735.424,04			
Rem. pessoal contratado a termo	312.007,07	301.415,67	-3,39%	233.396,41	-22,57%	248.133,58	6,32%	221.475,81	-10,75%	141.332,08	-36,19%	83.122,28	-2,48%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	64.692,20	12.960,00	-79,97%	13.023,00	0,49%	9.963,00	-23,50%	13.284,00	33,33%	13.572,85	2,17%	13.284,00	0,40%
Pessoal aguardando aposentação	0,00	563,66	0,00%	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767,86		33.483,99	1,00%
Pessoal qualquer outra sit.	21.503,88	40.131,18	86,62%	96.762,38	141,12%	89.121,75	-7,90%	0,00	-100,00%			0,00	0,00%
Representação	24.098,16	24.797,04	2,90%	24.797,04	0,00%	16.780,32	-32,33%	16.683,00	-0,58%	18.963,64	13,67%	28.825,95	0,86%
Subsídio de alimentação	241.487,87	246.093,12	1,91%	238.154,35	-3,23%	228.001,53	-4,26%	210.528,08	-7,66%	206.668,00	-1,83%	185.447,01	5,54%
Subsídio de férias e de natal	378.790,28	380.382,60	0,42%	373.991,78	-1,68%	375.838,05	0,49%	183.256,22	-51,24%	357.310,24	94,98%	351.376,89	10,50%
Rem. por licença maternidade/paternidade	51.064,63	63.328,70	24,02%	79.424,80	25,42%	71.208,90	-10,34%	46.625,60	-34,52%	47.829,80	2,58%	56.451,83	1,69%
Sub-total	2.898.883,28	2.928.848,39	1,03%	2.989.503,35	2,07%	2.867.394,92	-4,08%	2.566.704,89	-10,49%	2.667.212,34	3,92%	2.514.209,88	75,13%
Abonos variáveis ou eventuais													
Graatificações var/eventuais	599,40	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Horas extraordinárias	76.379,58	77.885,55	1,97%	77.908,27	0,03%	62.052,98	-20,35%	47.845,60	-22,90%	41.786,92	-12,66%	33.416,01	1,00%
Ajuda de custo	67.830,12	66.739,91	-1,61%	46.633,55	-30,13%	34.675,80	-25,64%	31.484,04	-9,20%	13.490,67	-57,15%	12.266,69	0,37%
Abono para faltas	4.443,40	4.684,40	5,42%	4.392,87	-6,22%	20.282,56	361,72%	8.060,44	-60,26%	9.774,10	21,26%	9.444,37	0,28%
Subsídio trabalho noturno	4.077,93	5.443,51	33,49%	4.709,03	-13,49%	6.020,01	27,84%	5.154,69	-14,37%	5.108,02	-0,91%	3.978,98	0,12%
Subsídio de turno	8.336,31	7.989,32	-4,16%	7.374,09	-7,70%	7.422,25	0,65%	6.154,76	-17,08%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00%	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros suplementos/ prémios	19.500,75	24.145,11	23,82%	18.955,68	-21,49%	17.547,74	-7,43%	17.791,55	1,39%	18.045,67	1,43%	17.508,16	0,52%
Sub-total	181.167,49	186.887,80	3,16%	159.973,49	-14,40%	148.001,34	-7,48%	116.491,08	-21,29%	88.205,38	-24,28%	76.614,21	2,29%
Segurança Social													
Encargos com a saúde													
Outros enc. com a saúde	22.329,96	30.119,11	34,88%	31.546,01	4,74%	26.772,18	-15,13%	28.385,15	6,02%	25.044,26	-11,77%	23.474,46	0,70%
Sub. familiar a crianças e jovens	34.536,48	34.753,40	0,63%	35.326,90	1,65%	26.538,36	-24,88%	20.820,63	-21,55%	25.582,55	22,87%	23.300,98	0,70%
Outras Prest. Familiares	7.489,18	7.933,36	5,93%	7.912,40	-0,26%	6.389,05	-19,25%	9.131,57	42,93%	6.050,00	-33,75%	2.363,70	0,07%
ADSE	65.979,40	73.014,55	10,75%	149.934,43	105,35%	18.380,43	-87,74%	11.436,86	-37,78%	14.670,09	28,27%	21.202,94	0,63%
Segurança social dos funcionários públicos	287.005,02	288.613,90	0,56%	280.331,26	-2,87%	270.069,02	-3,66%	256.412,42	-5,06%	348.462,21	35,90%	436.745,81	13,05%
Segurança soc. regime geral	128.478,62	139.873,70	8,87%	159.306,67	13,89%	147.646,38	-7,32%	139.062,51	-5,81%	155.623,59	11,91%	151.655,51	4,53%
Outras pensões	0,00	0,00	0,00%	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Seguros	45.430,08	28.943,72	-36,29%	23.120,88	-20,12%	23.951,60	3,59%	27.603,62	15,25%	17.604,95	-36,22%	27.018,89	0,81%
Sub-total	591.198,74	603.251,74	2,04%	687.478,55	13,96%	589.666,02	-14,23%	572.087,65	-2,98%	667.378,64	16,66%	755.680,80	22,58%
Total	3.671.249,51	3.718.987,93	1,30%	3.836.955,39	3,17%	3.605.062,28	-6,04%	3.255.283,62	-9,70%	3.422.796,36	5,15%	3.346.504,89	100%

Handwritten signatures and initials: PMS, J, B, M, J. A. R. A. C.

Os montantes respeitantes às despesas com pessoal foram enviados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o disposto no n.º 5 da Lei das Finanças Locais.

Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida, mapas comparativos entre 2013 e 2014, com as respetivas exceções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

Montantes acumulados no final de 2013			
	Final trimestre 2013 (1)	Final trimestre 2014 (2)	Comparação [2014-2013] (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.422.796,36	3.346.504,89	-76.291,47
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	24.003,87	23.275,39	-728,48
TOTAL	3.446.800,23	3.605.062,28	-77.019,95
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			
Aumento resultante de disposições legais			
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			

No quadro acima é possível verificar que relativamente a 2013 houve uma variação negativa das despesas com pessoal e aquisição de serviços, pelo que não foi necessário o valor das exceções.

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas totais, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas totais baixou relativamente a 2013.

Despesa Pessoal / Despesa Total											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas com Pessoal	3.267.732	3.495.495	3.666.294	3.571.172	3.671.250	3.718.988	3.836.955	3.605.062	3.255.284	3.422.796	3.346.505
Despesas Totais	9.492.720	10.415.543	15.270.439	10.668.446	12.248.382	12.627.764	14.380.457	13.241.108	13.625.747	10.057.590	10.968.870
Desp. Pessoal/ Totais	34,42%	33,56%	24,01%	33,47%	29,97%	29,45%	26,68%	27,23%	23,89%	34,03%	30,51%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos às Juntas de Freguesia

Freguesia	N.º de Funcionários	Valor
Arganil	1	3.242,26
Benfeita	2	16.152,75
Celavisa	2	17.362,54
Folques	1	8.325,38
Piódão	3	29.315,06
Pomares	2	16.458,17
Pombeiro Beira	3	27.292,53
S.Mart.Cortiça	0	0,00
Sarzedo	1	7.583,88
Secarias	0	0,00
União Freguesias de Cepos Teixeira	3	30.138,00
União Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	3	20.734,79
União Freguesias de Coja e Barril de Alva	2	19.371,15
União Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	3	18.313,78
Total	26	214.290,29

RPM
↓
S
AS
B

Refere-se ainda que, a título de Adenda aos Contratos de Delegação de Competências foram transferidos os seguintes valores:

M
Fuzarita

- União de Freguesias de Coja e Barril de Alva – 33.033,00€;
- Freguesia S. Martinho da Cortiça – 28.314,00€;
- Freguesia Folques – 9.438,00€;
- Freguesia da Benfeita – 9.438,00€;
- Freguesia do Sarzedo – 9.438,00€;
- Freguesia das Secarias – 9.438,00€;
- Freguesia de Pomares – 9.438,00€;
- Freguesia de Arganil – 7.865,00€

Num total de 116.402,00€.

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

No exercício de 2009 foram introduzidas alterações pela Lei 64-A/2008 de 31 de dezembro (Orçamento de Estado de 2009), e que se mantiveram até 2014, conforme definido na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, ao nível das despesas enquadráveis no F.S.M., que inicialmente estavam definidas na Lei das Finanças Locais, deixando de ser aceites os encargos com o 2º e 3º Ciclos do ensino básico.

O Município saiu em claro prejuízo com esta mudança, que tem reflexos principalmente ao nível dos transportes escolares, que deixaram de poder ser financiados pelo F.S.M. passando a ser suportados na totalidade pelo Município.

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2014, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 199.598,00 € (valor definido na Lei 83- C/2013, de 31 de dezembro, Orçamento de Estado para 2014), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2014 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2014 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 590.222,60€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 160.539,91€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2014 relativos ao funcionamento do 1.º CEB e Pré - Escolar:

FSM 2014					
Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DREC	Famílias	
Transportes Escolares	186.205,17				
Refeições Escolares	117.165,90				
Prolongamento horário	22.521,86	199.598,00	153.722,28	76.362,41	160.539,91
Pessoal Auxiliar	172.218,94				
Outras Despesas de Fun. Corrente	92.110,73				
Total	590.222,60	199.598,00	153.722,28	76.362,41	160.539,91

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um deficit de 27%, que é diretamente comparticipado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 160 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB e Pré-Escolar.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos (para aquisição de livros escolares), reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário. O valor atribuído para aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 6.405,46€.

Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

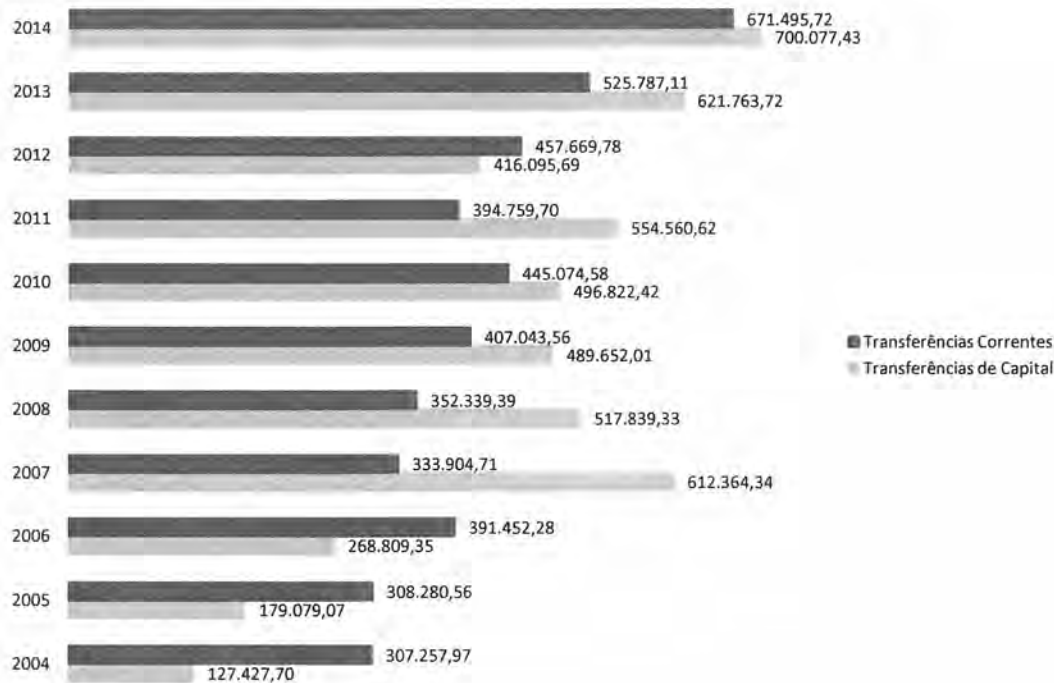
RPAS
21
B
B
B

M
Fuaritab

Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos nove anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências Correntes	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70	457.669,78	525.787,11	671.495,72
Transferências de Capital	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62	416.095,69	621.763,72	700.077,43



Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2014 quer as transferências correntes quer as de capital verificaram o maior valor de sempre.

Esta situação ocorre como consequência do aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, através de adendas aos contratos de delegação de competências e contratos programa, e para as Instituições Sem Fins Lucrativos.

Das Transferências correntes destacam-se os valores transferidos: para o apoio ao associativismo que representa 16,78% das mesmas e para as Juntas de Freguesia com 28,1%.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito dos Contratos e Acordos de Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 82,72% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho, de Arganil e Coja e para o Clube Operário Jardim do Alva.

Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta – transferência, quer de forma indireta – pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal:

Montantes Recebidos direta e Indiretamente pelas Juntas de Freguesia						
Freguesia	Delegação de Competências	Adendas aos contratos de		Outros Apoios	Pessoal	Total
		Delegação Comp.	Contratos Programa			
Arganil	25.000,00	7.865,00	29.654,56		3.242,26	65.761,82
Benfeita	11.042,45	9.438,00	25.834,75		16.152,75	62.467,95
Celavisa	8.000,00		19.289,16		17.362,54	44.651,70
Folques	9.854,33	9.438,00	23.094,76		8.325,38	50.712,47
Piódão	12.176,71		5.939,92		29.315,06	47.431,69
Pomares	15.119,84	9.438,00	11.174,47		16.458,17	52.190,48
Pombeiro Beira	18.675,41	22.294,92	40.363,15		27.292,53	108.626,01
S.Mart.Cortiça	21.587,28	52.262,92	30.611,80		0,00	104.462,00
Sarzedo	11.702,82	9.438,00	3.239,39	9.708,90	7.583,88	41.672,99
Secarias	8.000,00	9.438,00	21.294,51		0,00	38.732,51
União Freg. de Cepos Teixeira	12.642,80		28.625,00		30.138,00	71.405,80
União Freg. de Cerdeira e Moura da Serra	10.915,68		50.580,07		20.734,79	82.230,54
União Freg. de Coja e Barril de Alva	22.235,23	33.033,00	45.216,50		19.371,15	119.855,88
União Freg. de Vila Cova de Alva e Anseriz	7.783,66		32.677,79		18.313,78	58.775,23
Total	194.736,21	162.645,84	367.595,83	9.708,90	214.290,29	948.977,07

Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

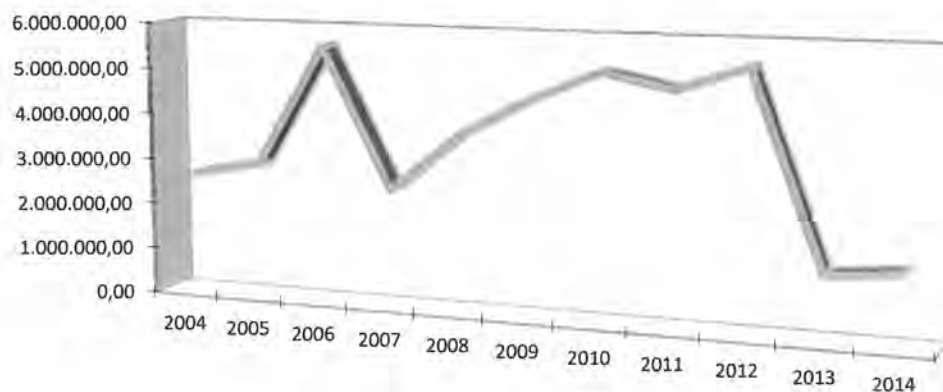
- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 6% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa refere-se apenas ao valor pago;
- Os valores pagos à Freguesia de S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira relativos às adendas à Delegação de Competências no âmbito da drenagem de águas residuais totalizaram:
 - S. Martinho da Cortiça – 23.948,92€;
 - Pombeiro da Beira – 22.294,92€.

Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos dez anos.

Aquisição de Bens de Capital	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Aquisição de Bens de Capital	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18	4.984.118,23	5.491.895,86	1.406.213,47	1.547.075,25

Aquisição de Bens de Capital



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram uma pequena subida relativamente ao ano de 2013, sem contudo atingir os valores de anos anteriores. A justificação desta situação prende-se com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que condicionou muito a atuação do Município nas suas opções de despesa.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 37.753,35€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica “Aquisição de bens de Capital” representa 14% das Despesas Totais.

Análise da Despesa Efetuada	2011				2012				2013				2014			
	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %		Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %		Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %		Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	
Despesas Correntes																
Pessoal	3.732.488,00	3.638.200,00	97,47%		3.375.255,00	3.285.552,81	97,34%		3.534.251,00	3.465.909,28	98,07%		3.391.018,00	3.346.971,63	98,70%	
Aquisição de Bens e Serviços	3.335.351,00	2.977.176,88	89,26%		3.803.850,00	3.237.310,02	85,11%		3.852.202,00	3.162.583,58	82,10%		4.128.000,00	3.444.869,04	83,45%	
Juros e Outros Encargos	202.500,00	190.013,85	93,83%		187.500,00	171.923,63	91,69%		157.000,00	92.457,50	58,89%		116.000,00	107.397,75	92,58%	
Transferências Correntes	459.250,00	405.969,39	88,40%		531.200,00	458.669,78	86,35%		597.300,00	532.958,76	89,23%		703.300,00	671.495,72	95,48%	
Outras Despesas Correntes	466.400,00	397.434,61	85,21%		423.000,00	371.070,40	87,72%		425.000,00	309.024,72	72,71%		401.500,00	349.856,84	87,14%	
Total Despesas Correntes	8.195.989,00	7.608.794,73	92,84%		8.320.805,00	7.524.526,64	90,43%		8.565.753,00	7.562.933,84	88,29%		8.739.818,00	7.920.590,98	90,63%	
Despesas de Capital																
Aquisição de Bens de Capital	8.521.900,00	5.725.398,20	67,18%		8.229.396,00	5.840.772,04	70,97%		5.052.000,00	1.492.669,37	29,55%		4.265.400,00	1.584.828,60	37,16%	
Transferências de Capital	635.000,00	593.474,99	93,46%		623.900,00	431.095,69	69,10%		706.000,00	631.763,72	89,48%		858.000,00	700.077,43	81,59%	
Ativos Financeiros	25.000,00	0,00	-		0,00	0,00	-		0,00	0,00	-		0,00	0,00	-	
Passivos Financeiros	530.000,00	525.584,89	99,17%		525.000,00	521.752,03	99,38%		750.000,00	749.529,43	99,94%		980.000,00	977.307,62	99,73%	
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	300,00%		5.000,00	0,00	400,00%		0,00	0,00	500,00%		0,00	0,00	600,00%	
Total Despesas de Capital	9.711.900,00	6.844.458,08	70,47%		9.383.296,00	6.793.619,76	72,40%		6.508.000,00	2.873.962,52	44,16%		6.103.400,00	3.262.213,65	53,45%	
Total das Despesas	17.907.889,00	14.453.252,81	80,71%		17.704.101,00	14.318.146,40	80,87%		15.073.753,00	10.436.896,36	69,24%		14.843.218,00	11.182.804,63	75,34%	

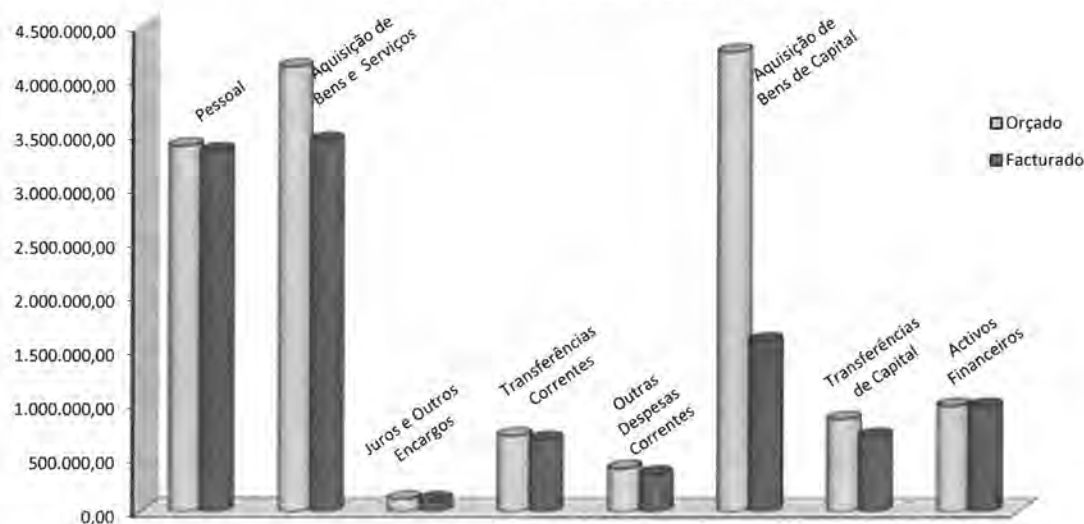
OM
Fiscal
RPA

57/86

Quadro Evolutivo da Despesa

	2011	2012	Var%	2013	Var%	2014	Var%
Orçamentado	17.907.889,00	17.704.101,00	-1,14%	15.073.753,00	-14,86%	14.843.218,00	-1,53%
Cabimentado	16.199.268,26	15.445.478,09	-4,65%	11.569.226,29	-25,10%	12.364.331,00	6,87%
Facturado	14.453.252,81	14.318.146,40	-0,93%	10.436.896,36	-27,11%	11.182.804,63	7,15%
Executado	13.241.108,35	13.625.746,63	2,90%	10.057.590,47	-26,19%	10.968.869,98	9,06%

Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2014



Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2014

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	8.739.818,00	8.243.178,64	7.920.590,98	7.744.409,68	176.181,30	322.587,66
1.1 Pessoal	3.391.018,00	3.352.534,01	3.346.971,63	3.346.504,89	466,74	5.562,38
1.3 Aquisição de Bens	723.300,00	663.887,50	600.368,28	561.391,92	38.976,36	63.519,22
1.2 Aquisição de Serviços	3.404.700,00	3.056.654,65	2.844.500,76	2.714.566,54	129.934,22	212.153,89
1.4 Juros e Outros Encargos	116.000,00	107.397,75	107.397,75	107.397,75	0,00	0,00
1.5 Transferências Correntes	703.300,00	683.597,70	671.495,72	671.495,72	0,00	12.101,98
1.6 Outras Despesas Correntes	401.500,00	379.107,03	349.856,84	343.052,86	6.803,98	29.250,19
2. Despesas de Capital	6.103.400,00	4.036.373,61	3.262.213,65	3.224.460,30	37.753,35	774.159,96
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	705.150,00	248.724,00	112.594,26	101.101,85	11.492,41	136.129,74
2.2 Construções Diversas	2.827.800,00	1.779.959,32	1.274.703,33	1.250.731,80	23.971,53	505.255,99
2.3 Material de Transporte	20.000,00	4.313,40	4.188,40	3.285,82	902,58	125,00
2.4 Equipamento e Software Informático	65.000,00	38.790,66	38.604,76	38.604,76	0,00	185,90
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	548.450,00	163.410,40	152.821,83	151.435,00	1.386,83	10.588,57
2.6 Outros Investimentos	99.000,00	9.838,59	1.916,02	1.916,02	0,00	7.922,57
2.7 Transferências de Capital	858.000,00	814.029,22	700.077,43	700.077,43	0,00	113.951,79
2.8 Passivos Financeiros	980.000,00	977.308,02	977.307,62	977.307,62	0,00	0,40
Total de Despesas (1+2)	14.843.218,00	12.279.552,25	11.182.804,63	10.968.869,98	213.934,65	1.096.747,62

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 11.182.804,63€, representando mais 745.908,27€ do que no ano de 2013;
- O valor da despesa faturada por liquidar em 2014, que transitou para o exercício de 2015, foi de 213.934,65€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou próximo do valor previsto;
- O valor dos encargos comprometidos no ano de 2014, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 1.096.747,62€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 90,63%
 - Despesas de capital – 53,45%

Valores, estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

RPM
J
S
B
P

OM
Rearbitrag

4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2014 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 11.692.533,52€. Deste montante, 10.994.092,72€ são provenientes de receitas orçamentais e 698.440,80€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 11.714.659,33€, repartidas pelas despesas orçamentais (10.968.869,98€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (745.789,35€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2013, no valor total de 1.590.329,21€, o saldo a transitar para o ano económico de 2015, será de 1.568.203,40€. Este saldo da gerência de 2014 decompõe-se em 1.186.783,15€, como saldo de operações orçamentais, e em 381.420,25€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência		
	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
	Saldo da gerência anterior (2013)	1.161.560,41
2014	Receitas	10.994.092,72
	Despesas	10.968.869,98
	Saldo para gerência seguinte	1.186.783,15
		381.420,25

4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores													
Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%	16,83%	17,51%	17,16%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%	13,62%	11,15%	10,71%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%	51,68%	55,78%	56,40%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%	56,07%	82,38%	81,83%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%	40,55%	13,67%	8,18%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%	45,24%	45,83%	43,22%
Aqui, Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%	41,01%	41,82%	43,49%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%	85,41%	51,94%	48,58%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%	8,11%	26,08%	29,96%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%	52,81%	72,46%	70,83%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%	47,19%	27,54%	29,17%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%	41,50%	37,63%	33,73%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%	44,11%	57,59%	52,27%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%	4,96%	7,53%	8,74%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%	109,00%	121,80%	125,29%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%	88,23%	53,18%	30,39%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

4.6 Endividamento

Em matéria de endividamento o ano de 2014 fica marcado pela entrada em vigor de uma nova Lei das Finanças Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Assim, no que concerne à questão do endividamento, o n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma legal estabelece que: "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores"

O n.º 2 do mesmo artigo vem ainda esclarecer que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O artigo 56º da Lei supra referida vem estabelecer que:

1 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

2 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

Assim, considerando que a dívida total de operações orçamentais no período "n" corresponde ao total das dívidas de terceiros do balanço no período "n" (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do Município no período "n"), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período "n" (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria), evidencia-se no quadro seguinte o limite de endividamento para o ano de 2014, bem como a situação face ao mesmo limite:

Endividamento e limite		
Receita corrente líquida cobrada ano 2011		7.761.962,00
Receita corrente líquida cobrada ano 2012		7.844.002,60
Receita corrente líquida cobrada ano 2013		9.211.341,22
Média receita		8.272.435,27
Limite endividamento = 1,5 x média da receita	A	12.408.652,91
Endividamento Município Arganil 31-12-2013		6.503.463,89
Endividamento entidades participadas pelo Mun. Arganil 31-12-2013		76.629,01
Total endividamento 31-12-2013	B	6.580.092,90
Margem endividamento de acordo com a alínea b) do n.º 3 do art. 52º	C=(A-B)x20%	1.165.712,00
Limite endividamento a 31-12-2014	D=C+B	7.745.804,90
Valor dívida operações orçamentais em 31-12-2014	E	5.890.437,01
Valor dívida operações orçamentais entidades participadas pelo Mun. Arg. Em 31-12-2014	F	84.937,04
Margem endividamento	D-E-F	1.770.430,85

RPAS

OM
 2014-2016

Sobre o quadro supra refere-se que o Orçamento de Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total, pelo que, o total desse valor (564.382,17€) não está incluído no valor da dívida orçamental em 31-12-2014.

O montante em dívida das operações orçamentais das entidades participadas corresponde aos seguintes valores por entidade:

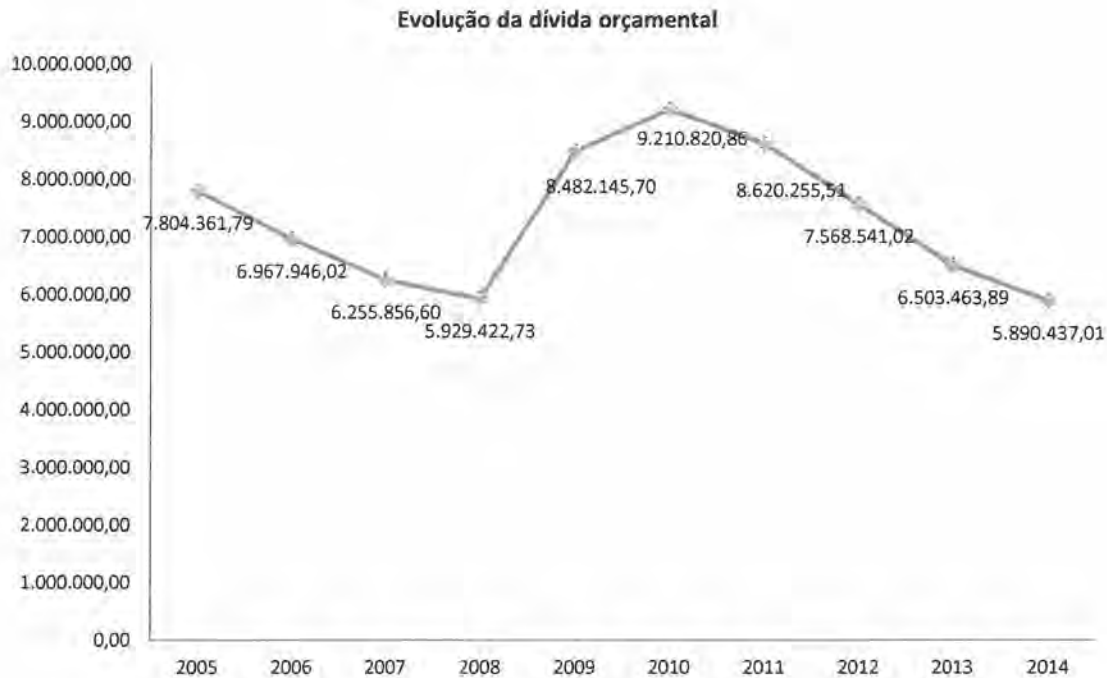
- AIRC – Associação Informática da Região Centro – 15.714,90€;
- ADESA – Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional – 60.713,37€;
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – 343,07€;
- CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – 8.165,70€.

Atendendo aos valores supra referidos podemos verificar que, em 31-12-2014, o Município de Arganil cumpre o novo limite, bem como existe larga margem até ao mesmo.

No quadro seguinte apresentamos a evolução da dívida orçamental nos últimos nove anos até ao período em análise:

Evolução da dívida orçamental										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida Orçamental	7.804.361,79	6.967.946,02	6.255.856,60	5.929.422,73	8.482.145,70	9.210.820,86	8.620.255,51	7.568.541,02	6.503.463,89	5.890.437,01

Salienta-se que no valor de 2014 está incluído o valor da dívida À ADSE, gerado entre 1978 e 2005 e recentemente objeto de plano prestacional, no montante de 482.779,40€.



Da análise da informação anterior podemos concluir que o valor da dívida orçamental tem vindo progressivamente a diminuir desde de 2010.

Para melhor evidenciarmos esta situação efetuamos de seguida a análise do endividamento calculado de acordo com a fórmula utilizada até final de 2013, em que, "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros".

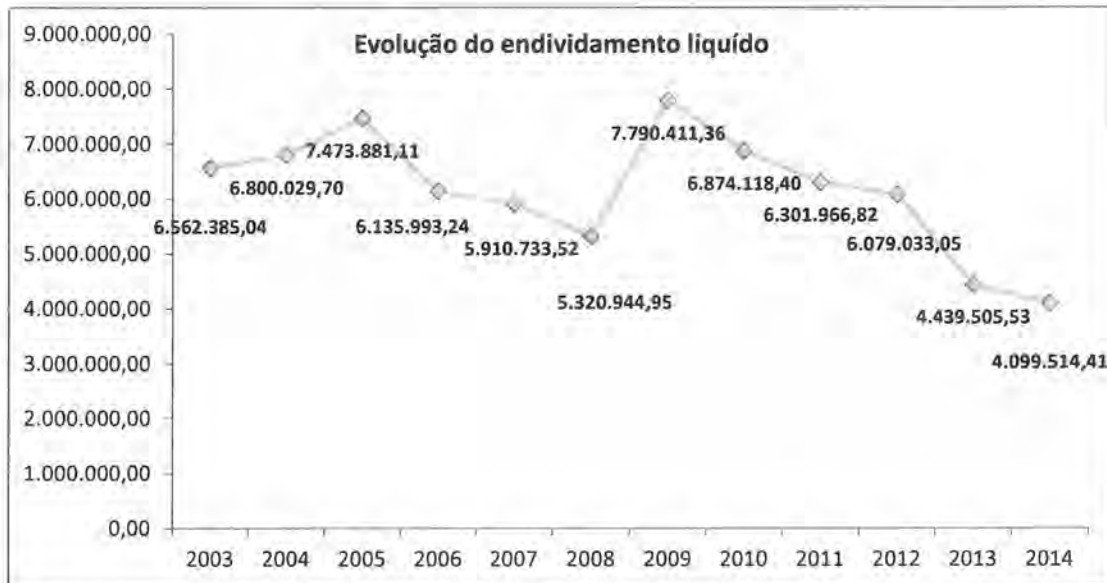
Evolução do endividamento líquido

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. %
Passivos Financeiros (1)											
Médio e Longo Prazos											
Empréstimos	2.431.029,38	5.479.540,72	4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	7.394.365,04	6.872.613,01	6.123.083,19	5.145.775,96	4.178.439,95	-18,80%
Forn. Sistema Locação Financeira	865.330,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outros Credores										966.535,57	
Curto Prazo											
Empréstimos	0,00	588.497,91	577.306,07	541.988,35	532.155,31	525.584,89	521.752,03	749.529,82	977.307,62	967.336,01	-1,02%
Fornecedores (c/c e imobilizado)	4.177.197,71	747.521,28	647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	1.079.291,13	1.116.939,87	648.473,70	320.446,34	219.254,10	-31,58%
Estado e Outros Entes Públicos	37.656,15	36.575,76	41.327,38	36.567,11	37.059,87	59.215,22	55.863,53	34.021,57	49.331,15	40.909,11	-17,07%
Administração Autárquica	46.571,47	15.651,48	97.236,70	24.434,36	22.041,11	50.835,25	38.914,37	15.705,20	14.719,00	18.793,92	27,68%
Outros Credores	628.928,51	518.818,39	365.361,55	363.262,30	418.780,31	449.001,36	449.201,60	398.413,97	424.836,47	445.133,33	4,78%
Acréscimos e Diferimentos*	364.998,54	348.208,89	417.287,79	402.794,96	421.521,51	447.233,22	292.457,05	307.538,13	415.483,06	390.299,15	-6,06%
Total Passivos Financeiros	8.551.712,19	7.734.814,43	7.048.539,72	6.697.670,94	9.231.874,93	10.005.526,11	9.347.741,46	8.276.765,58	7.347.899,60	7.226.701,14	-1,65%
Activos Financeiros (2)											
Caixa	2.252,30	19.953,72	7.402,66	1.577,74	8.186,85	2.118,57	2.665,30	3.397,93	2.212,48	3.130,44	41,49%
Depósitos Instituições Financeiras	730.680,62	1.192.678,30	776.825,69	561.392,25	459.792,21	990.274,18	856.539,15	782.601,88	1.588.116,73	1.565.072,96	-1,45%
Clientes	56.589,23	62.164,12	26.963,97	24.639,23	37.052,56	25.268,12	41.137,43	138.589,85	213.807,06	178.495,18	-16,52%
Estado e Outros Entes Públicos	24.094,94	52.609,30	37.153,74	39.437,97	34.237,65	0,00	0,00	0,00	34.296,52	77.162,99	124,99%
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00	340.775,74	577.660,30	1.507.650,44	1.350.384,53	477.217,38	244.746,95	293,66	-99,88%
Acréscimos e Diferimentos	25.857,04	33.058,80	51.103,19	178.028,08	93.659,02	375.221,42	564.173,25	565.050,51	594.339,35	507.774,35	-14,56%
Investimentos Financeiros	238.356,95	238.356,95	238.356,95	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	795.257,15	244,45%
Total dos Activos Financeiros	1.077.831,08	1.598.821,19	1.137.806,20	1.376.725,99	1.441.463,57	3.131.407,71	3.045.774,64	2.197.732,53	2.908.394,07	3.127.186,73	7,52%
Endividamento Líquido (1)-(2)	7.473.881,11	6.135.993,24	5.910.733,52	5.320.944,95	7.790.411,36	6.874.118,40	6.301.966,82	6.079.033,05	4.439.505,53	4.099.514,41	-7,66%

DM
Marital

PPS
65/86

Evidencia-se de seguida em termos gráficos a evolução do endividamento líquido:



Do quadro e gráfico supra podemos tirar as seguintes conclusões:

- Regista-se uma redução de 7,66% do endividamento líquido, relativamente ao final do ano de 2013;
- Valor da dívida de médio e longo prazo tem vindo a diminuir fruto das amortizações dos empréstimos;
- O valor em médio e longo prazo de outros credores respeita ao registo do acordo de pagamento de dívida antiga à ADSE e do registo da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal;
- Verifica-se uma diminuição da dívida a fornecedores na ordem dos 32%;
- 71% do endividamento concentra-se no médio e longo prazo.

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos de Serviço da Dívida – Empréstimos Médio Longo Prazo												
Descrição	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Amortização de Capital	540.170,98	78%	532.155,31	86%	525.584,89	74%	521.752,04	76%	749.529,43	89%	977.307,62	92%
Encargos Financeiros	149.405,73	22%	84.218,05	14%	184.636,39	26%	166.144,94	24%	92.440,78	11%	82.481,29	8%
Serviço da Dívida	689.576,71	100%	616.373,36	100%	710.221,28	100%	687.896,98	100%	841.970,21	100%	1.059.788,91	100%

O total do serviço da dívida em 2014 ascendeu a 1.059.788,91€, mais 217.818,70€ do que em 2013. O fim do período de carência, em junho de 2013, do empréstimo contratado em 2010 originou esta diferença.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 82.481,29€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 977.307,62€, as quais representam 92% do valor total do serviço da dívida.

Em 2014 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 955.555,60€
- Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 21.752,02€;

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 81.973,46€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 507,83€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2014, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários ascendia a 29.108,96.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades participadas pelo Município de Arganil, em 31-12-2014, bem como a contribuição de cada uma para a dívida do Município:

Participações do Município de Arganil em 31-12-2014						
Entidade Participada		Tipo de entidade	% da participação	Resultado Líquido antes de impostos em 31-12-2014	Contribuição para a dívida bruta do Município	Observações
Denominação	N.I.P.C.					
Águas do Mondego SA	506598160	Societária	1,03%	2.480.858,50	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro	503004405	Societária	0,64%	605.006,00	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,36%	-14.598,64	0,00	para a dívida bruta, uma vez que, o resultado antes de impostos é positivo cumprindo assim o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E. M.	504475606	Societária	0,15%	36.686,81	0,00	Cumprido o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CoimbraVita - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	505073480	Societária	1,10%	0,00	0,00	Não existe qualquer informação financeira sobre esta entidade. Encontra-se em liquidação.
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não societária	2,49%	769.535,72	15.714,90	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADESA - Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não societária		24.940,00	60.713,37	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios	501627413	Não societária		-104.360,73	343,07	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	508354617	Não societária		-87.112,85	8.165,70	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	507709705	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Considerando os dados existentes à data da elaboração do presente relatório verifica-se que, as entidades participadas pelo Município de Arganil contribuem em 84.937,04 para a dívida bruta do Município de Arganil.

5. Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município, totalizavam, em 31 de Dezembro de 2014, 53.492.209,33€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2013 para 2014 (menos 2,48%).

Após o pico registado em 2012, em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 5 anos, verifica-se uma quebra resultado em parte das amortizações.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (95,5%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros.

O aumento de 244,45% dos Investimentos Financeiros resulta do registo da contribuição do Município de Arganil para Fundo de Apoio Municipal, representado por unidades de participação, no valor total de 564.382,17€, valor este que será realizado em 7 anos (de 2015 a 2021). Este registo teve como contrapartida o aumento da dívida, do lado do passivo, a outros credores, quer em dívida de médio e longo prazo (valor da realização de 2016 a 2021), quer em dívida de curto prazo (realização a efetuar em 2015).

Por outro lado, estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas líquidas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, educação, entre outras.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores;

OPM
Recarregado

e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2014.

Os Fundos Próprios diminuíram 1,46% relativamente ao ano de 2013 e são constituídos maioritariamente pelo Património.

O valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações quer do Balanço Inicial, quer de exercícios anteriores;

O resultado líquido foi positivo no valor de 53.446,13€, registando uma redução relativamente a 2013 de 92,61%.

Esta variação reflete o aumento de custos suportados pelo Município na manutenção das infraestruturas criadas.

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 381.582,81€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito.

Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 11.308.878,37€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 97% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 3% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2014, que à data de 31-12-2014 não se encontravam registados na contabilidade.

Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.

O valor, de outros credores, considerado em dívidas de 3.ºs de médio e longo prazo respeitam ao plano de pagamentos da ADSE e ao já anteriormente referido da contabilização da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal.



RPMS

RPMS
F. Rodrigues

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

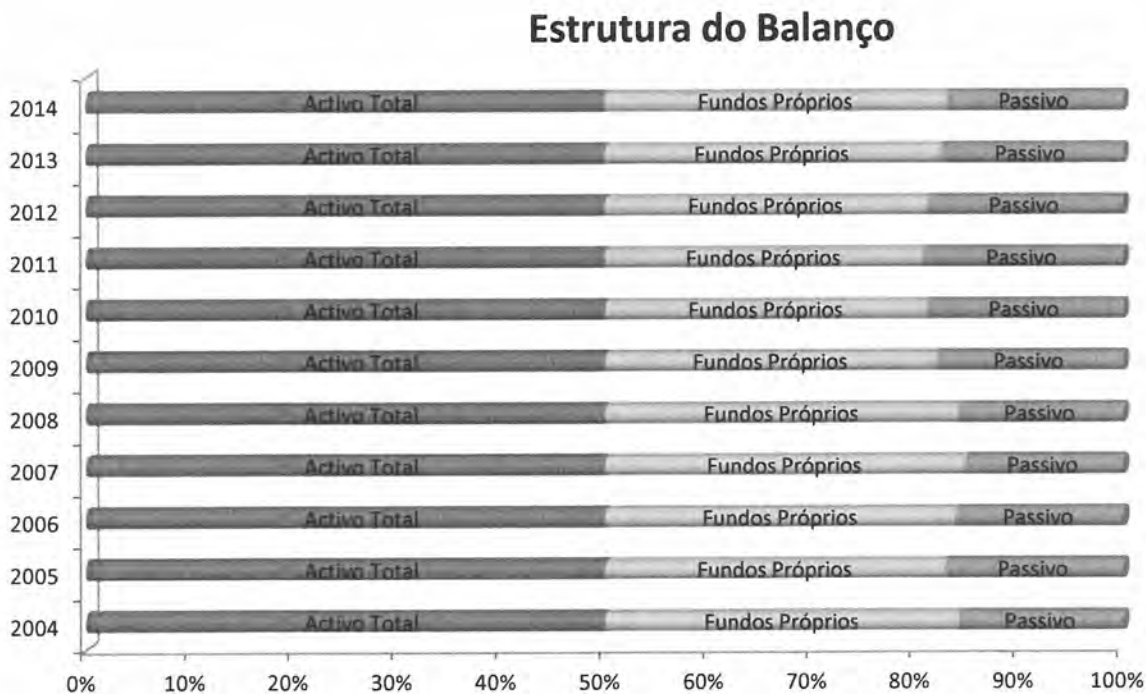
Designação	2011		2012		2013		2014		Variação 14/13	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	50.045.523,17	94,53%	53.769.508,58	96,35%	52.098.858,58	93,36%	51.096.157,63	95,52%	-1.002.700,95	-1,92%
1.1 Bens do Domínio Público	22.936.684,29	43,33%	24.223.149,78	43,41%	23.621.073,27	42,33%	22.968.310,01	42,94%	-652.763,26	-2,76%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	326.103,27	0,62%	190.434,58	0,34%	242.963,04	0,44%	156.330,13	0,29%	-86.632,91	-35,66%
1.3 Imobilizações Corpóreas	26.551.860,63	50,15%	29.125.049,24	52,19%	28.003.947,29	50,18%	27.176.260,34	50,80%	-827.686,95	-2,96%
1.4 Investimentos Financeiros	230.874,98	0,44%	230.874,98	0,41%	230.874,98	0,41%	795.257,15	1,49%	564.382,17	244,45%
2. Circulante	2.329.909,39	4,40%	1.471.508,20	2,64%	2.161.214,91	3,87%	1.888.277,35	3,53%	-272.937,56	-12,63%
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	79.182,98	0,15%	69.701,16	0,12%	78.035,17	0,14%	64.122,12	0,12%	-13.913,05	-17,83%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1.391.521,96	2,63%	615.807,23	1,10%	492.850,53	0,88%	255.951,83	0,48%	-236.898,70	-48,07%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	859.204,45	1,62%	785.999,81	1,41%	1.590.329,21	2,85%	1.568.203,40	2,93%	-22.125,81	-1,39%
3. Acréscimos e Diferimentos	564.787,40	1,07%	565.050,51	1,01%	594.339,35	1,07%	507.774,35	0,95%	-86.565,00	-14,56%
Activo (1+2+3)	52.940.219,96	100,00%	55.806.067,29	100,00%	54.854.412,84	98,29%	53.492.209,33	100,00%	-1.362.203,51	-2,48%
4. Património	31.385.996,14	96,44%	33.045.405,77	94,89%	34.296.724,94	98,48%	34.411.931,13	98,20%	115.206,19	0,34%
5. Reservas	439.123,46	1,35%	475.049,99	1,36%	540.273,10	1,55%	576.451,71	1,65%	36.178,61	6,70%
6. Resultados Transitados	0,00	0,00%	-351,57	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
7. Resultado Líquido do Exercício	718.530,68	2,21%	1.304.462,28	3,75%	723.572,16	2,08%	53.446,13	0,15%	-670.126,03	-92,61%
Fundos Próprios (4+5+6+7)	32.543.650,28	1,00	34.824.566,47	100,00%	35.560.570,20	102,11%	35.041.828,97	100,00%	-518.741,23	-1,46%
8. Provisões para Riscos e Encargos	407.638,53	2,00%	290.822,48	1,39%	305.822,48	1,46%	305.100,00	1,65%	-722,48	-0,24%
8. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	6.872.613,01	33,69%	6.123.083,19	29,18%	5.145.775,96	24,53%	5.144.975,52	27,89%	-800,44	-0,02%
8.1 Dívidas a instituições de crédito	6.872.613,01	33,69%	6.123.083,19	29,18%	5.145.775,96	24,53%	4.178.439,95	22,65%	-967.336,01	-18,80%
8.2 Outros Credores							966.535,57			
9. Dívidas a terceiros - Curto prazo	2.182.671,40	10,70%	1.846.144,26	8,80%	1.786.640,58	8,52%	1.691.426,47	9,17%	-95.214,11	-5,33%
9.1 Empréstimos de curto prazo	521.752,03	2,56%	749.529,82	3,57%	977.307,62	4,66%	967.336,01	5,24%	-9.971,61	-1,02%
9.2 Fornecedores, c/c	417.683,21	2,05%	306.307,26	1,46%	234.998,73	1,12%	219.254,10	1,19%	-15.744,63	-6,70%
9.3 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	12.314,15	0,06%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
9.4 Fornecedores de imobilizado, c/c	686.942,51	3,37%	342.166,44	1,63%	85.447,61	0,41%	40.909,11	0,22%	-44.538,50	-52,12%
9.5 Estado e outros entes públicos	55.863,53	0,27%	34.021,57	0,16%	49.331,15	0,24%	18.793,92	0,10%	-30.537,23	-61,90%
9.6 Administração autárquica	38.914,37	0,19%	15.705,20	0,07%	14.719,00	0,07%	0,00	0,00%	-14.719,00	-100,00%
9.7 Outros credores	449.201,60	2,20%	398.413,97	1,90%	424.836,47	2,02%	445.133,33	2,41%	20.296,86	4,78%
10. Acréscimos e Diferimentos	10.933.646,74	53,61%	12.721.450,89	60,63%	12.055.603,62	57,46%	11.308.878,37	61,29%	-746.725,25	-6,19%
Passivo (8+9+10)	20.396.569,68	100,00%	20.981.500,82	100,00%	19.293.842,64	91,96%	18.450.380,36	100,00%	-843.462,28	-4,37%
Fundos Próprios e Passivo	52.940.219,96		55.806.067,29		54.854.412,84		53.492.209,33		-1.362.203,51	-2,48%



RPAS
of
SD
XS
PD

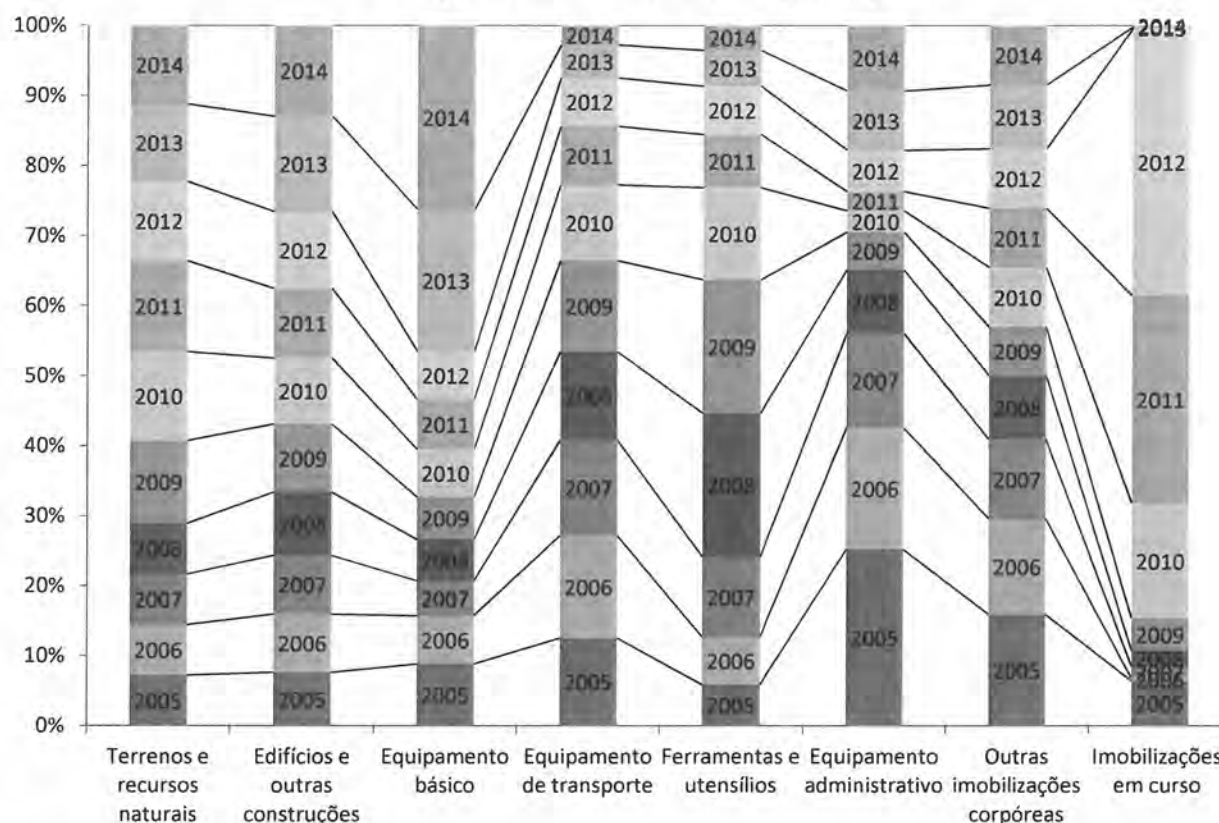
No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 11 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:

AM
Tea Rita G



Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 10 anos:

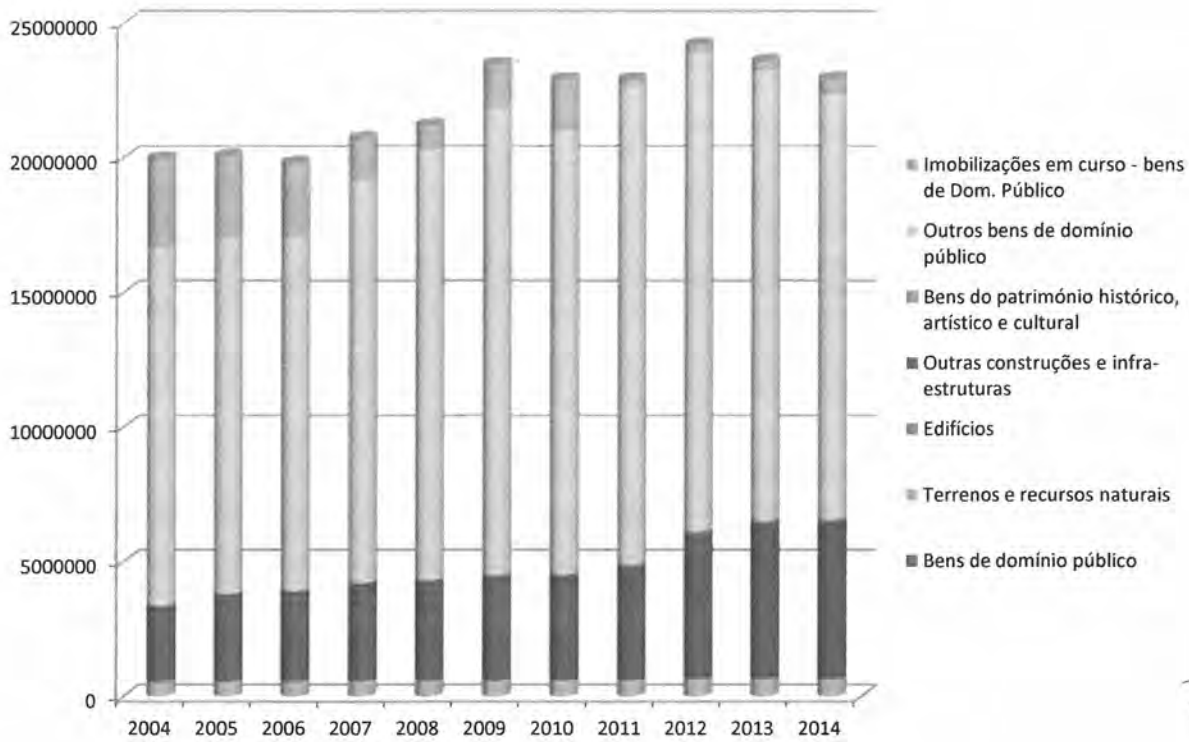
Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas



Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Terrenos e recursos naturais	2.445.969,10	2.445.969,10	3.993.524,21	4.303.908,15	4.370.957,96	3.829.537,83	3.732.732,33	3.804.073,91
Edifícios e outras construções	13.996.062,54	15.167.639,33	16.294.485,68	15.806.463,87	16.593.726,54	18.387.818,93	22.851.949,95	21.717.523,86
Equipamento básico	261.380,80	310.727,52	318.773,14	355.817,30	376.918,36	357.527,06	1.063.334,55	1.380.621,91
Equipamento de transporte	614.923,27	569.941,43	587.735,96	487.983,21	378.831,18	311.237,67	210.240,72	127.516,76
Ferramentas e utensílios	11.141,92	20.084,73	18.644,81	12.897,89	7.426,48	6.740,58	4.945,69	3.536,99
Equipamento administrativo	152.927,39	103.233,65	60.957,89	34.877,48	31.073,93	67.066,40	96.004,24	106.322,41
Outras imobilizações corpóreas	1.089,58	876,66	663,76	813,42	813,42	813,42	876,58	813,42
Imobilizações em curso	265.235,57	366.838,10	738.353,18	2.664.935,25	4.792.112,76	6.164.307,35	43.863,23	35.851,08
Total	17.748.730,17	18.985.310,52	22.013.138,63	23.667.696,57	26.551.860,63	29.125.049,24	28.003.947,29	27.176.260,34

Evolução Investimento - Bens do domínio público



Evolução do investimento - Bens de Domínio Público

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Terrenos e recursos naturais	583.925,94	583.925,94	596.296,11	601.140,92	614.395,47	675.800,40	675.800,40	675.800,40
Edifícios	18.647,71	18.342,93	17.927,52	17.512,11	15.668,33	15.382,77	15.060,57	14.738,37
Outras construções e infra-estruturas	3.610.514,46	3.719.806,93	3.889.713,16	3.913.818,85	4.173.580,95	5.377.735,24	5.760.424,93	5.801.830,57
Bens do patri. histórico, artist. cultural					103.754,51	106.691,90	115.034,38	115.034,38
Outros bens de domínio público	14.935.444,61	15.998.210,35	17.326.518,15	16.479.567,49	17.738.641,55	17.691.979,78	16.682.773,28	15.778.470,98
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	1.600.296,46	921.859,86	1.668.806,91	1.930.497,87	290.643,48	355.559,69	371.979,71	582.435,31
Total	20.748.829,18	21.242.146,01	23.499.261,85	22.942.537,24	22.936.684,29	24.223.149,78	23.621.073,27	22.968.310,01

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2014 registou total de custos, no valor de 11.405.106,82 €, e um total de proveitos no valor de 11.458.552,95€, que originaram um resultado líquido de 53.446,13€.

Resultados do Exercício						Variação	
Designação	2010	2011	2012	2013	2014	Valor	%
Resultados Operacionais	137.965,46	121.191,51	187.224,61	-633.467,06	-1.223.124,12	-589.657,06	93,08%
Resultados Financeiros	798.190,90	751.062,72	888.586,55	994.622,37	1.074.397,05	79.774,68	8,02%
Resultados Correntes	936.156,36	872.254,23	1.075.811,16	361.155,31	-148.727,07	-509.882,38	-141,18%
Res. Líquido do Exercício	791.823,76	718.530,68	1.304.462,28	723.572,16	53.446,13	-670.126,03	-92,61%

Do quadro acima verifica-se que apenas os resultados financeiros verificaram um aumento relativamente a 2013.

No ano de 2014 mais uma vez os proveitos operacionais foram inferiores aos custos operacionais originando um resultado operacional negativo.

Para esta situação contribuiu:

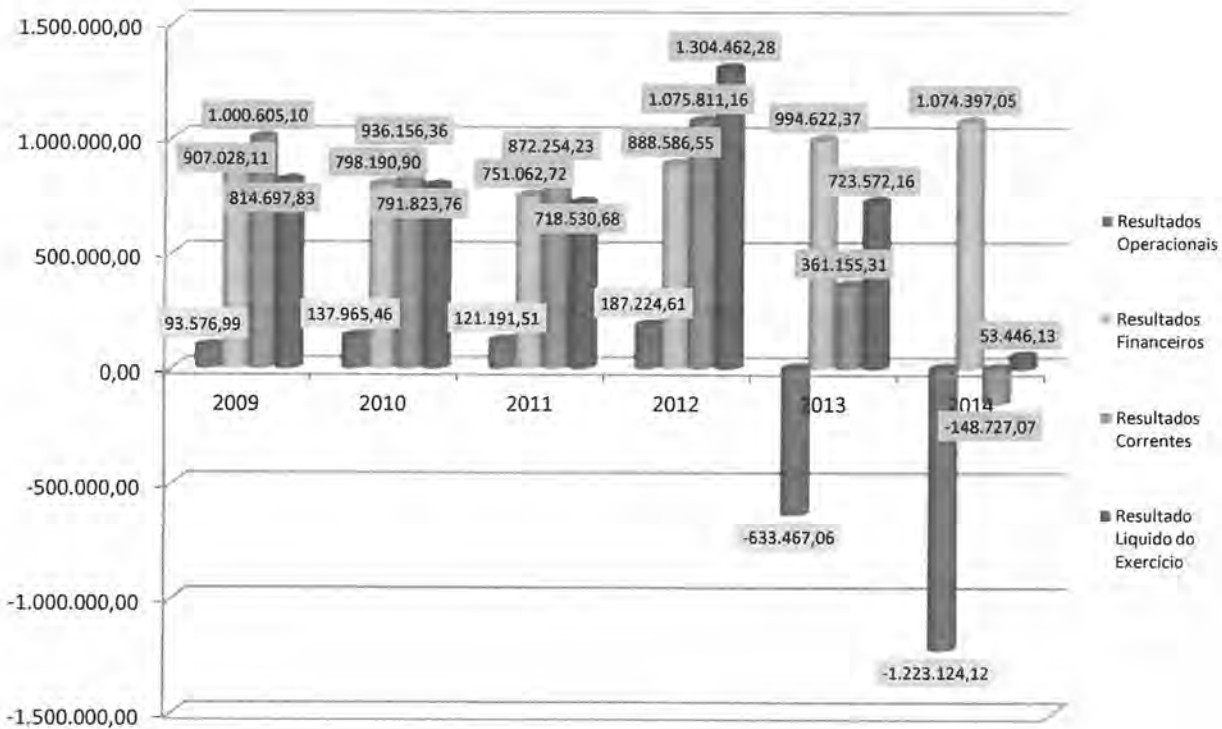
- O aumento dos custos, nomeadamente:
 - ❖ Fornecimentos e serviços externos - mais 405.733,47€ do que em 2013;
 - ❖ Transferências e subsídio corrente concedido onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia e para Instituições Sem Fins Lucrativos, no total mais 36.536,66€ do que em 2013;
 - ❖ Amortizações – mais 87.608,03€;
 - ❖ Provisões do exercício – mais 129.871,58€.
- A diminuição da receita nomeadamente:
 - ❖ Venda de produtos – menos 19.698,54€ do que em 2013;
 - ❖ Trabalhos para a própria entidade – menos 116.438,53€;

❖ Transferências e subsídios obtidos – menos 61.699,97€.

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor em 2014 de 202.173,20€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de 53.446,13€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



Handwritten notes and signatures:
Handwritten initials/signatures on the right margin, including 'RPN' and 'AM'.

Handwritten signature:
Handwritten signature 'Ferreira' on the right margin.

Custos

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 29,90% e 29,45%, respetivamente.

Relativamente à rúbricas das amortizações ela registou o valor de 2.909.948,43€ a qual reflete os investimentos realizados em anos anteriores.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2014 que ascendeu a 179.376,34€.

O aumento dos custos e perdas financeiras resulta do aumento do valor de juros de mora pagos.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram um valor semelhante ao de 2013. Nesta rúbrica estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia a título de, contratos de delegação de competências e contrato programa.

Proveitos

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.458.552,95€, os quais diminuíram 1,71% comparativamente a 2013.

A Venda bens e prestação de serviços representam 8% dos proveitos contabilizados e registaram um decréscimo de 1%% relativamente a 2013.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 53,65% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.190.701,37€, dos quais 1.134.486,69€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 7,9% do total da estrutura dos proveitos.

Demonstração dos Resultados				
Contas POCAL	Exercícios			
	2014		2013	
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias				
61 consumidas:				
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	179.376,34	179.376,34	195.544,21	195.544,21
62 Fornecimentos e serviços externos	3.350.261,67		2.944.528,20	
Custos com o pessoal:				
641+642 Remunerações	2.699.094,93		2.901.034,30	
643 a 648 Encargos sociais	702.260,03	6.751.616,63	676.539,34	6.522.101,84
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	559.646,60	559.646,60	523.109,94	523.109,94
66 Amortizações do exercício	2.909.948,43		2.822.340,40	
67 Provisões do exercício	151.087,96	3.061.036,39	21.216,38	2.843.556,78
65 Outros custos e perdas operacionais	30.212,47	30.212,47	37.586,35	37.586,35
(A)		10.581.888,43		10.121.899,12
68 Custos e perdas financeiras	116.304,32	116.304,32	106.870,86	106.870,86
(C)		10.698.192,75		10.228.769,98
69 Custos e perdas extraordinárias	706.914,07	706.914,07	705.008,25	705.008,25
(E)		11.405.106,82		10.933.778,23
88 Resultado líquido do exercício	0,00	53.446,13	0,00	723.572,16
		11.458.552,95		11.657.350,39
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+711 Vendas de produtos	375.174,37		394.872,91	
712 Prestações de serviços	596.856,63		582.734,13	
713 Outros Serviços	4.008,11		0,00	
715 Reembolsos e Restituições	-2.596,84		-666,10	
716 Anulações	-12.979,14		-7.771,69	
714 Outras Receitas Correntes	27.092,10	987.555,23	48.043,26	1.017.212,51
72 Impostos e taxas	2.093.080,89		2.014.952,86	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	130.279,82		246.718,35	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	6.147.848,37		6.209.548,34	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.371.209,08	0,00	8.471.219,55
(B)		9.358.764,31		9.488.432,06
78 Proveitos e ganhos financeiros	1.190.701,37	1.190.701,37	1.101.493,23	1.101.493,23
(D)		10.549.465,68		10.589.925,29
79 Proveitos e ganhos extraordinários	909.087,27	909.087,27	1.067.425,10	1.067.425,10
(F)		11.458.552,95		11.657.350,39

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	-1.223.124,12
Resultados Financeiros: (D)- (C-A)	-----	1.074.397,05
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	-148.727,07
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	53.446,13

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2014 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Saldo conta 59	0,00
RLE 2014	53.446,13
Total	53.446,13
Reservas Legais 5%	2.672,31
Reforço de Património	50.773,82

7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2015 não foi registado qualquer movimento com relevância para as contas desse exercício.

RPM
S
S
S
S

AM
F. Carlotal

8 - Contabilidade de Custos

O principal objetivo do POCAL é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna que seja uma ferramenta crucial de apoio à tomada de decisão pelos decisores autárquicos.

Dando cumprimento ao estipulado no ponto 2.8.3.1 do POCAL, a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções.

O custo das funções corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros, ponto 2.8.3.2 do POCAL. Para a soma dos custos diretos concorrem os custos de mão-de-obra direta, o custo das máquinas & viaturas e outros custos diretos, sendo que os custos de mão-de-obra e máquinas & viaturas são custos previsionais, ou seja são custos que são imputados através do custo hora apurado no ano anterior.

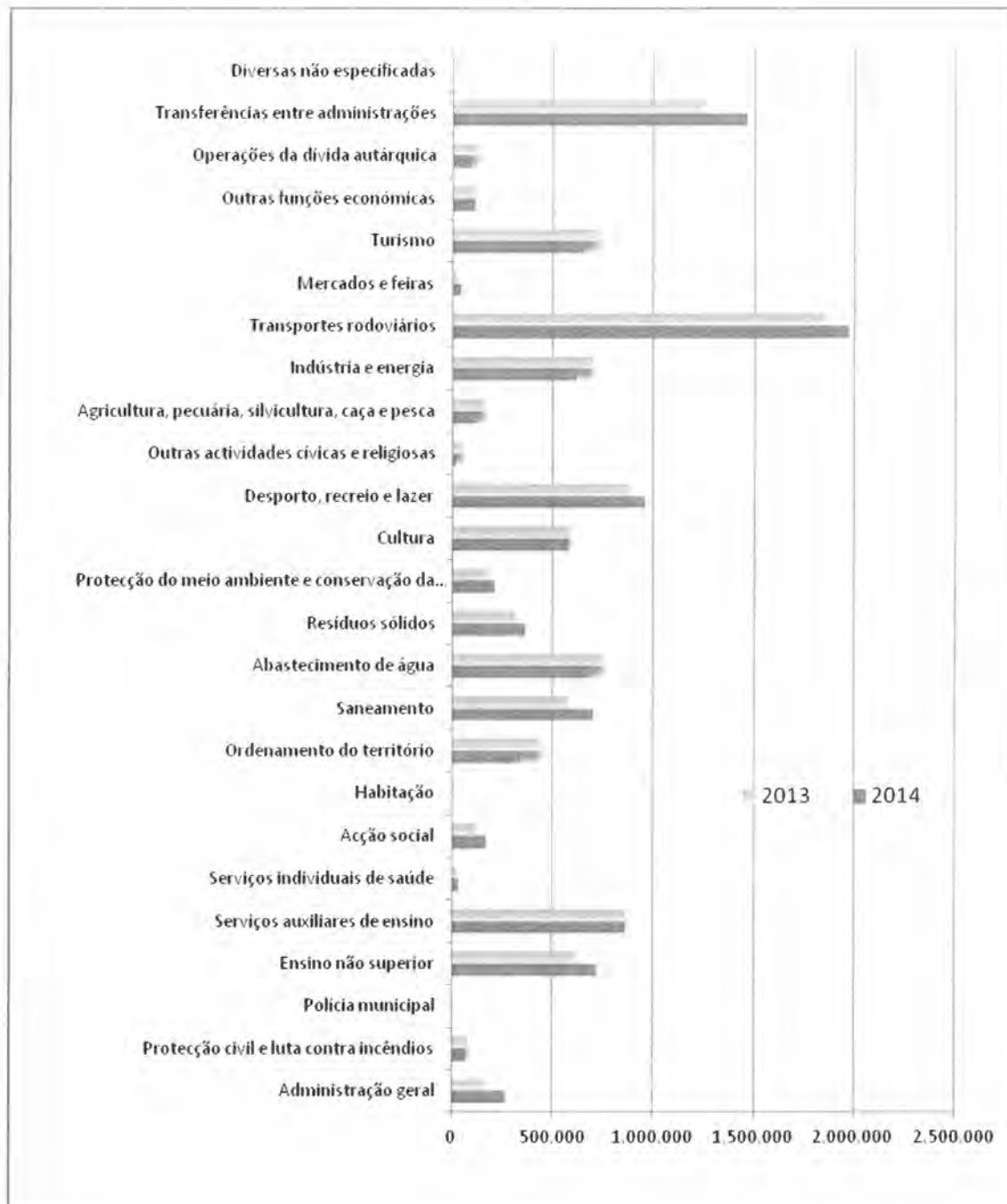
No ano 2014 analogamente aos anos transatos, optou-se por repartir os custos da função 111 – Administração Geral pelas restantes funções, pelo peso considerável de custos administrativos que esta função apresenta. Mantem-se a recolha de custos por centros de responsabilidade, como também se efetua a distribuição dos proveitos pelos bens e serviços de forma a caminhar para uma verdadeira contabilidade de gestão constituindo-se um precioso auxílio para as tomadas de decisão.

A contabilidade de custos também é obrigatória no apuramento de custos por bens e serviços, mas pela exaustividade dessa análise, a mesma é efetuada no relatório da contabilidade analítica, optando-se aqui apresentar uma breve decomposição dos custos por funções.

Funções 2014/2013					
Classificação Funcional		2014		2013	
		Custo por funções	%	Custo por funções	%
1	Funções Gerais	338.293,12 €	3,05%	259.691,94 €	2,43%
110	Serviços gerais de administração pública	268.949,29 €	2,43%	177.343,34 €	1,66%
111	Administração geral	268.949,29 €	2,43%	177.343,34 €	1,66%
120	Segurança e ordem públicas	69.343,83 €	0,63%	82.348,60 €	0,77%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	69.343,83 €	0,63%	82.348,60 €	0,77%
122	Polícia municipal	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2	Funções sociais	5.654.178,00 €	50,99%	5.463.158,63 €	51,16%
210	Educação	1.589.597,45 €	14,34%	1.485.987,47 €	13,92%
211	Ensino não superior	724.951,88 €	6,54%	622.708,57 €	5,83%
212	Serviços auxiliares de ensino	864.645,57 €	7,80%	863.278,90 €	8,08%
220	Saúde	29.357,74 €	0,26%	32.572,60 €	0,31%
221	Serviços individuais de saúde	29.357,74 €	0,26%	32.572,60 €	0,31%
230	Segurança social	170.519,54 €	1,54%	116.859,09 €	1,09%
232	Ação social	170.519,54 €	1,54%	116.859,09 €	1,09%
240	Habituação e serviços coletivos	2.308.318,76 €	20,82%	2.295.841,49 €	21,50%
241	Habituação	3.364,27 €	0,03%	6.498,58 €	0,06%
242	Ordenamento do território	340.167,27 €	3,07%	447.698,85 €	4,19%
243	Saneamento	703.290,59 €	6,34%	580.671,51 €	5,44%
244	Abastecimento de água	686.224,87 €	6,19%	755.426,62 €	7,07%
245	Resíduos sólidos	365.081,68 €	3,29%	321.731,67 €	3,01%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	210.190,08 €	1,90%	183.814,26 €	1,72%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.556.384,51 €	14,04%	1.531.897,98 €	14,35%
251	Cultura	579.759,43 €	5,23%	591.844,10 €	5,54%
252	Desporto, recreio e lazer	962.421,35 €	8,68%	886.149,37 €	8,30%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	14.203,73 €	0,13%	53.904,51 €	0,50%
3	Funções económicas	3.533.033,37 €	31,86%	3.585.421,71 €	33,58%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	129.785,90 €	1,17%	160.856,23 €	1,51%
320	Indústria e energia	614.892,94 €	5,55%	697.985,85 €	6,54%
330	Transportes e comunicações	1.975.861,94 €	17,82%	1.862.833,15 €	17,45%
331	Transportes rodoviários	1.975.861,94 €	17,82%	1.862.833,15 €	17,45%
332	Transportes aéreos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
333	Transportes fluviais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
340	Comércio e turismo	698.956,04 €	6,30%	754.594,96 €	7,07%
341	Mercados e feiras	42.406,17 €	0,38%	26.897,48 €	0,25%
342	Turismo	656.549,87 €	5,92%	727.697,48 €	6,81%
350	Outras funções económicas	113.536,55 €	1,02%	109.151,52 €	1,02%
4	Outras funções	1.562.351,71 €	14,09%	1.369.829,11 €	12,83%
410	Operações da dívida autárquica	95.597,64 €	0,86%	126.385,87 €	1,18%
420	Transferências entre administrações	1.466.754,07 €	13,23%	1.243.443,24 €	11,64%
430	Diversas não especificadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total		11.087.856,20 €	100,00%	10.678.101,39 €	100,00%

RPAs

 9
 Reap. Rutag.



Como já referido os custos da função administração geral foram repartidos pelas outras funções, razão pela qual esta categoria apresenta o valor que não atinge os 269 mil€.

Pela análise efetuada aos valores da tabela 1 podemos verificar que das quatro grandes rubricas é a categoria de funções sociais que apresenta a maior fatia de custos com 50,99% dos custos totais face a 51,16% apresentado no ano de 2013.

Dentro da categoria de funções sociais convém destacar que a maior contribuição para os custos verificou-se na função habitação e serviços coletivos, com 20,82% dos custos totais. Dentro desta categoria é a função Saneamento, que mais contribuiu para o custo, (6,34%), e a função Abastecimento de Água, (6,19%). Seguidamente é a categoria da educação que apresenta mais custos, (14,34%), com a função serviços auxiliares de ensino a mais significativa, sendo que é nesta função que são reconciliados os custos com as cantinas e transportes escolares. Ainda dentro das funções sociais, a categoria dos serviços culturais, recreativos e religiosos apresenta custos ligeiramente inferiores à categoria anterior, sendo a função do desporto, recreio e lazer a ser a mais relevante da categoria.

As funções económicas comparativamente com o exercício de 2013 revelam uma ligeira diminuição, onde todas as rubricas contribuíram para o decréscimo à exceção das funções transportes rodoviários e mercados e feiras.

Pela leitura ao gráfico 1 verifica-se visivelmente que os custos mais significativos são da função transportes rodoviários com 17,82%.

Na categoria de outras funções assistimos a um ligeiro aumento face a 2013, onde a rubrica transferências entre administrações foi a que mais influenciou, estando nesta função os serviços de apoio às diversas juntas de freguesias.

RRMS
21
51
AS
P

AM
Fuarzeta

9. Considerações Finais

O ano económico de 2014 terminou com um saldo de gerência de 1.568.203,40€, sendo 1.186.783,15€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 381.420,25€ relativos a saldo de operações de tesouraria.